

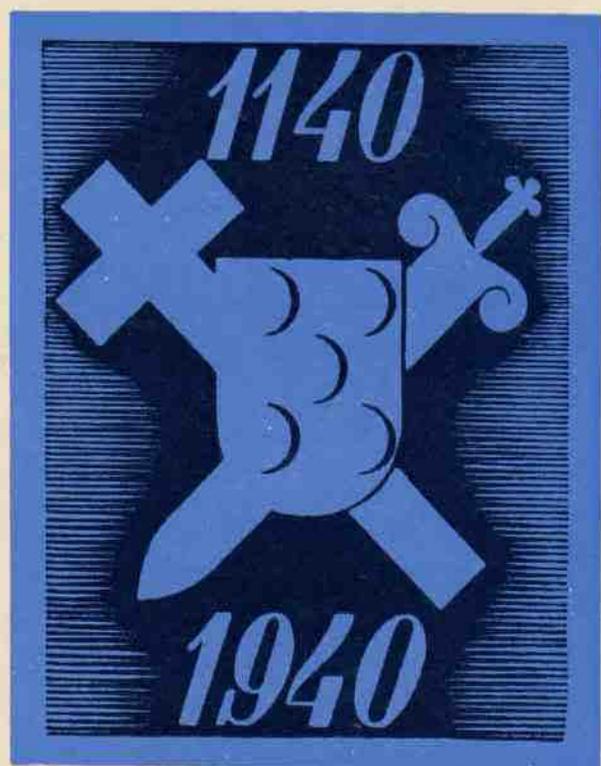
DEPOSITO LEGAL

MAR 1941

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 24 – 31 de Dezembro de 1940 – ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO – REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL – RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro</i>	<i>1</i>
<i>A FRANÇA E A REVOLUÇÃO DE 1640 — Dr. Rodrigues Cavalheiro</i>	<i>4</i>
<i>OS JURISCONSULTOS E OS DIPLOMATAS DA RESTAURAÇÃO — Sessão evocativa na Academia das Ciências de Lisboa, em 28 de Novembro de 1940</i>	<i>15</i>
<i>SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro — Discurso do Dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva</i>	<i>18</i>
<i>SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, realizada no Pavilhão de Honra, em 2 de Dezembro de 1940 — Palavras de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações — Discurso do Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português</i>	<i>21</i>
<i>A LOCUÇÃO DO COMISSÁRIO NACIONAL DA MOCIDADE PORTUGUESA, DR. MARCELO CAETANO, no Palácio da Independência, em 2 de Dezembro de 1940</i>	<i>23</i>
<i>A TERCEIRA E OS CASTELHANOS — A BATALHA DA SALGA — Dr. Vitorino Nemésio</i>	<i>26</i>
<i>UMA CURIOSA REFERÊNCIA ICONOGRÁFICA AOS TEMPOS DE OURIQUE — Castro e Brito</i>	<i>33</i>
<i>ALENQUER — Dr. Luciano Ribeiro</i>	<i>37</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — TÔRRE DA UCANHA E PENEDONO — Cap. Jorge Larcher</i>	<i>41</i>
<i>A BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS — Dr. Eduardo Brazão</i>	<i>44</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>57</i>
<i>ÍNDICES</i>	<i>61</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
encarrega-se de encadernar a
REVISTA DOS CENTENÁRIOS
I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais :

A fogo	25\$00
A ouro	30\$00
(Empaste)	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa
TELEFONE 2 2886

DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO, NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, REA- LIZADA NA ASSEMBLEIA NACIONAL, EM 2 DE DEZEMBRO

Se há seis meses me foi dado o ensejo de agradecer à Providência o venturoso encargo de abrir, como Chefe do Estado, o ciclo das Comemorações Centenárias, não pode ser menos efusiva e sincera a gratidão que devemos tributar-lhe ao declarar o seu encerramento. A tanto nos obriga a grandeza de que puderam revestir-se os actos comemorativos dos nossos Centenários e o ambiente de paz e relativa felicidade interna em que foi possível decorrerem.

Quis-se, ao lançar a idea das Comemorações, que estas fôsem, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo, e em que todos podiam e deviam colaborar. Todos haviam de ter sua parte na satisfação que dessem, na fé e optimismo que houvessem de arreigar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador.

De facto, o entusiasmo e patriótica devoção com que foram celebradas e comemoradas as mais solenes datas da nossa História, não encheram sómente a parte continental ou insular da Nação, nem só a vasta extensão do Ultramar Português, mas as grandes ou pequenas colónias residentes em países estrangeiros. Todos à porfia, em restritos ou numerosos grupos, marcantes pela situação social ou só pelo trabalho e patriotismo, todos à porfia quiseram associar-se e viver connosco os momentos mais altos e solenes das Comemorações, podendo dizer-se não ter havido em qualquer canto do orbe coração de português que não vivesse esta hora de glorificação, convertida desde logo, por tão intenso sentir, em verdadeiro ressurgimento da alma nacional. Lembro especialmente a admirável colónia portuguesa do Brasil que, num esforço de grande generosidade e com larga e patriótica visão, quis adquirir e confiar para sempre à guarda da «Mocidade Portuguesa» o Palácio, estimável a tantos títulos, que ficará a chamar-se da Independência. Mas à chamada que fizemos ninguém faltou, e podemos asseverar que todos ficámos senão mais portugueses, ao menos mais orgulhosos do nosso passado e mais confiantes no futuro.

O vigoroso impulso dado a muitas obras, ligadas por si mesmas ou por determinação do Governo a este período aureo, permitiu-nos assistir a uma fase de intensivo trabalho que veio embelezar e enriquecer definitivamente o País. Os melhoramentos materiais, os estudos

e investigações de vária ordem, a riqueza e variedade das publicações, as reproduções de obras de arte, literárias e científicas ou de valiosos documentos históricos, os discursos e conferências, as comunicações, os Congressos, os Cortejos, as Exposições de arte ou documentais e sobretudo essa maravilhosa Exposição do Mundo Português revelaram por tóda a parte uma actividade febril mas criadora e uma capacidade de realização difficilmente igualada em qualquer tempo, dadas demais as circunstâncias externas particularmente difíceis em que se desenvolveram. Perdurará de tudo isto a memória de altas manifestações de beleza, grata aos nossos sentidos; lograram-se aquisições definitivas, materiais ou morais, para o nosso património, mas, acima de tudo, fica, a alicerçar a nossa confiança, a prova irrefragável do que na esteira de antepassados illustres valemos e somos os portugueses de hoje.

Com júbilo e desvanecimento assistimos também ao proficiente interêsse que as nossas Comemorações despertaram em estudiosos e altas individualidades de outras nações e às penhorantes manifestações particulares e oficiais com que tódas elas no-lo quiseram testemunhar e tão grato nos foi receber. Desde o mais extremo Oriente às Américas e destas à generalidade das Nações europeias, a-pesar dos trágicos momentos que em quási tódas se vivia, por tóda a parte se versaram largamente em obras de profunda investigação ou com intuito simplesmente vulgarizador, assuntos ligados à projecção mundial do nosso povo e da sua História, sempre com simpatia e a mais larga compreensão por um esforço que encheu séculos e beneficiou o Mundo.

Em muitos países a colónia portuguesa ao celebrar de longe as glórias pátrias viu-se cercada do carinho das autoridades e das mais altas figuras locais que assim aumentaram o brilho e solenidade daquelas festas.

E não ficaram por aí as homenagens das nações estrangeiras. Arrostando com as difficuldades do momento internacional, não duvidaram muitissimas abrilhantar as nossas Comemorações com luzidas e honrosas Embaixadas que mais ainda nos vieram obrigar, estreitando as pacíficas e amistosas relações já existentes; e não se estranhará que neste agradecimento que a todos efusivamente dirigimos especializemos a nossa velha aliada, a Inglaterra, cuja missão foi, como prova da mais alta estima, chefiada por Sua Alteza o Duque de Kent, e a Espanha, vizinha e irmã, pela Geografia e pela História, que não só comemorou connosco as glórias comuns do Salado mas chegou a separar-se de algumas das suas jóias para trazer à nossa Exposição as «Recordações Portuguesas», enriquecendo-a com vincados traços da nossa arte e alta representação de momentos ou valores da nossa História.

Do Brasil não falo como de nação estrangeira. Convidado a fazer as honras da casa e a celebrar connosco séculos de História comum, esteve junto de nós desde o primeiro momento, partilhando o mesmo entusiasmo e devoção patrióticos, colaborando nos Congressos, sessões solenes e Exposições com muitos dos seus melhores valores, apresentando com ufania, ao lado da sua ascendência, as melhores manifestações da sua actividade, «vivendo», en-

e investigações de vária ordem, a riqueza e variedade das publicações, as reproduções de obras de arte, literárias e científicas ou de valiosos documentos históricos, os discursos e conferências, as comunicações, os Congressos, os Cortejos, as Exposições de arte ou documentais e sobretudo essa maravilhosa Exposição do Mundo Português revelaram por tóda a parte uma actividade febril mas criadora e uma capacidade de realização difficilmente igualada em qualquer tempo, dadas demais as circunstâncias externas particularmente difíceis em que se desenvolveram. Perdurarão de tudo isto a memória de altas manifestações de beleza, grata aos nossos sentidos; lograram-se aquisições definitivas, materiais ou morais, para o nosso património, mas, acima de tudo, fica, alicerçar a nossa confiança, a prova irrefragável do que na esteira de antepassados ilustres valemos e somos os portugueses de hoje.

Com júbilo e desvanecimento assistimos também ao proficiente interêsse que as nossas Comemorações despertaram em estudiosos e altas individualidades de outras nações e às penhorantes manifestações particulares e oficiais com que tódas elas no-lo quiseram testemunhar e tão grato nos foi receber. Desde o mais extremo Oriente às Américas e destas à generalidade das Nações europeias, a-pesar dos trágicos momentos que em quási tódas se vivia, por tóda a parte se versaram largamente em obras de profunda investigação ou com intuito simplesmente vulgarizador, assuntos ligados à projecção mundial do nosso povo e da sua História, sempre com simpatia e a mais larga compreensão por um esforço que encheu séculos e beneficiou o Mundo.

Em muitos países a colónia portuguesa ao celebrar de longe as glórias pátrias viu-se cercada do carinho das autoridades e das mais altas figuras locais que assim aumentaram o brilho e solenidade daquelas festas.

E não ficaram por aí as homenagens das nações estrangeiras. Arrostando com as difficuldades do momento internacional, não duvidaram muitíssimas abrilhantar as nossas Comemorações com luzidas e honrosas Embaixadas que mais ainda nos vieram obrigar, estreitando as pacíficas e amistosas relações já existentes; e não se estranhará que neste agradecimento que a todos efusivamente dirigimos especializemos a nossa velha aliada, a Inglaterra, cuja missão foi, como prova da mais alta estima, chefiada por Sua Alteza o Duque de Kent, e a Espanha, vizinha e irmã, pela Geografia e pela História, que não só comemorou connosco as glórias comuns do Salado mas chegou a separar-se de algumas das suas jóias para trazer à nossa Exposição as «Recordações Portuguesas», enriquecendo-a com vincados traços da nossa arte e alta representação de momentos ou valores da nossa História.

Do Brasil não falo como de nação estrangeira. Convidado a fazer as honras da casa e a celebrar connosco séculos de História comum, esteve junto de nós desde o primeiro momento, partilhando o mesmo entusiasmo e devoção patrióticos, colaborando nos Congressos, sessões solenes e Exposições com muitos dos seus melhores valores, apresentando com ufania, ao lado da sua ascendência, as melhores manifestações da sua actividade, «vivendo», en-

fim, como só elle poderia viver, as nossas Comemorações. A sua representação fidalga, a sua cooperação larga e cavalheiresca, permanecerão na memória e, sobretudo, no coração português como penhor da identidade de origem, de cultura e de fé e sinal da mais estreita solidariedade.

No meio das solenes Comemorações a que fomos levados por alto dever cívico, não podemos esquecer nunca as dôres e angústias alheias; antes ao comemorar feitos e glórias do passado nelas iamós descobrindo lutas e sacrificios, horas de crise e de abatimento, que os acompanharam ou precederam, e, desta sorte, a própria lembrança e glorificação dos passos da nossa História nos puseram em presença de dôres semelhantes às que sofrem nações amigas, o que melhor nos dispunha a entendê-las e a compartilhá-las. Nem nunca nos prendemos de tal modo às Comemorações, aliás quasi despidas de todo o ar festivo, que não pudessemos prestar carinhosa atenção a algumas dolorosas conseqüências do actual conflito, e o conforto da nossa protecção a tantos que dela necessitaram.

Desejaria terminar esta sessão de encerramento das Comemorações com duas palavras mais: a primeira de reconhecimento mais vivo e da mais profunda gratidão a todos os que para o luzimento delas prestaram o contributo das suas concepções, dos seus planos, da sua direcção, do seu trabalho de execução ou da sua propaganda — escritores, homens de ciência, artistas, funcionários e trabalhadores, designadamente à Comissão Nacional (cujo presidente já não pôde infelizmente assistir à realização do seu sonho de anos), e à Comissão Executiva a quem coube o pesado encargo, tão superiormente desempenhado, de erguer o magnífico edificio das Comemorações.

Outra palavra é de alentadora esperança na continuidade do esforço português, esperança agora alimentada pelo contacto revivido com a grandeza dos nossos oito séculos de vida, esperança que se alarga mais ainda até abranger, na mesma aspiração de pacífico e glorioso crescimento, tôdas as outras nações a cujo valor e grandeza jámais causou prejuízo a glória de Portugal. Esta esperança confio-a nesta hora ao favor da Providência e ao trabalho e dedicação cívica de todos os portugueses como o melhor e mais proveitoso fruto das Festas Centenárias que acabamos de realizar.



A FRANÇA E A REVOLUÇÃO DE 1640

Um dos mais curiosos problemas que se relacionam com os antecedentes da Revolução de 1640 é o da intervenção da França, através da hábil política secreta do Cardinal de Richelieu, nos preparativos do movimento que veio a deflagrar na manhã histórica do 1.º de Dezembro. Durante bastante tempo, e a despeito das afirmações do *Abrégé de l'Histoire de Portugal*, de Maugin, publicado em Paris em 1707, essa acção do grande ministro de Luiz XIII foi posta em dúvida até por autores franceses. O silêncio a tal respeito da obra clássica do Padre Vertot autorisava, de resto, essas atitudes de cepticismo.

Todavia, Maugin havia fornecido indicações precisas, porque, referindo-se às aspirações nacionalistas dos portugueses nas vésperas da Restauração escrevia o seguinte: — «*Le grand dessein étoit à la veille de s'éclorre. Le Cardinal de Richelieu le conduisoit avec une prudence, une sagesse, & un secret admirable; il l'avoit fait naître.*» E seguiam-se pormenores bastante elucidativos àcerca das manobras do famoso estadista e dos seus agentes: — «*La première Personne — continuava Maugin — dont il s'étoit servi pour le faire réüssir, fut un Jouaillier, nommé Broüal, qu'il avoit vû plusieurs fois chés la Duchesse d'Eguillon. Aïant remarqué qu'il avoit de l'esprit, il l'envoïa en Portugal deux ou trois fois de suite. Broüal s'étant introduit chés les grands, sous pretexte de les vendre des pierreries, reconnut qu'ils avoient tous beaucoup de penchant à secoüer le joug des Espagnols, & ce fut alors que ce Cardinal s'appliqua serieusement à leur en procurer les moïens.*»

O papel que João Pinto Ribeiro desempenhou nestas combinações secretíssimas é pôsto em relêvo por Maugin, o que nos leva a concluir que o Duque de Bragança, através do seu agente de confiança, não seria alheio a semelhantes projectos. Lê-se no *Abrégé de l'Histoire de Portugal*: — «*Broüal eut par son ordre de longues conférences avec Pinto Ribeiro, Intendant de la Maison de Bragance, homme actif, vigilant, & consommé dans les affaires. Pinto entra dans le dessein du Cardinal, & promit à Broüal de tout entreprendre pour les faire réüssir, ce qu'il fit avec tant de succès, qu'on peut dire qu'il fut après ce Cardinal, le grand Moteur de la Révolution. Il travailloit à Lisbonne à reconnoître les Mécontents, dont le nombre étoit fort grand. Presque tous les Ecclesiastiques n'avoient que de l'aversion pour la domination Espagnole. La Noblesse regardoit le voïage qu'on alloit lui faire faire en Cata-*



GRAVURA REPRESENTANDO D. JOÃO IV CRIANÇA

(Da colecção da B. N. L.)

logne, comme un exil qui seroit de durée; d'ailleurs elle étoit sûre qu'on devoit l'exposer par tout où l'on croiroit la mort la plus certaine. Les Marchands voïoient avec regret leur commerce ruiné, il étoit passé aux Espagnols, & se faisoit à Cadix. Lisbonne étoit déserte; tout le petit Peuple crioit. Pinto fomentoit le chagrin des uns & des autres» (1).

La Clède, na sua *Histoire générale de Portugal*, publicada em Paris em 1735, não dá crédito à intervenção de Richelieu nos preparativos da Restauração, exprimindo-se desta forma: — «Sur ces entrefaites le Duc [de Bragança] reçut ordre de la part de la Cour, de visiter toutes les places Maritimes, menacées d'une irruption de la part des François. Quelques Auteurs François, qui attribuent la gloire de la révolution de Portugal au Cardinal de Richelieu, avancent que ce célèbre Ministre faisoit adroitement courir ce bruit, afin que les Espagnols ne dégarnissent pas les côtes, & que la Noblesse du Royaume n'en sortit point, ce qui auroit fait échoüer le grand dessein de la révolution, qu'il conduisoit, ajoûtent-ils, avec une sagesse, une prudence, & un secret admirable, par le secours d'un Joüaillier nommé Broüal, qu'il avoit vû plusieurs fois chez la Duchesse d'Eguillon; & qu'il envoya deux ou trois fois en Portugal: ils ajoutent que ce Broüal s'introduisit chez les grands, sous prétexte de leur vendre des pierreries, & qu'ayant informé le Cardinal du penchant qu'il remarquoit en eux, pour secoüer le joug des Espagnols, le Cardinal songea dès lors sérieusement à leur en procurer les moyens. Mais tout cela est avancé sans preuves, pour ne rien dire de plus fort. En effet, si le Cardinal eût été le premier moteur de la révolution, n'eût-il point envoyé au moins la flote, dont il menaçoit ce Royaume, par rapport aux Espagnols, pour soutenir les conjurez, lors qu'ils auroient éclaté. Du moins la prudence l'eût demandé, cependant il n'en fit rien; d'où j'infere, que ce grand Cardinal, si célèbre, & si digne d'être célébré, ignoroit totalement le projet de la révolution, & qu'on lui en attribüé l'honneur mal à propos» (2).

Alguns anos depois, em 1751, o Padre Bougeant, mais documentado ainda que Maugin, insistia, na sua *Histoire du Traité de Westphalie*, na intervenção que Richelieu tivera nos manejos dos revolucionários portugueses, transcrevendo uma carta do Conde d'Avaux ao Senhor de Chavigny, datada de 18 de Maio de 1638, em que se narrava que «un Cordelier François travesti, qui dit avoir été en Angleterre pour passer en Portugal, & depuis renvoïé par Saint-Malo, est arrivé avanthier au Port de cette Ville (Hamburgo) d'où il cherche commodité pour retourner en France.» E a carta acrescentava: — «Il vient de Lis-

(1) *Abrégé de l'Histoire de Portugal*, Paris, 1707, p. 371-373.

(2) *Histoire générale de Portugal*, Tome VII, Paris, 1735, p. 34-36.



D. JOÃO IV

(Gravura de Delrio da colecção da B. N. L.)

mente que em Novembro de 1640 os portugueses se dirigiram novamente a Saint-Pé, declarando-lhe que a revolução estava prestes a deflagrar e que convinha êle lembrar-se da colaboração que, por seu intermédio, a França lhes oferecera. Saint-Pé escreve que fez chegar essa comunicação, às dez horas de certa noite, ao Senhor de Noyers, que, no dia seguinte, de manhã cedo, a pôs nas mãos de Richelieu.

Com agudeza crítica o sr. Gastão de Melo de Matos aproxima êste passo de Saint-Pé daquele capítulo das *Memórias* do jovem Brienne, em que se narra uma aventura sucedida com um judeu, num moínho das portas de Montmartre, e por nós divulgado em Portugal (7). Simplesmente, conclue, e parece-nos que com razão, pela inverosimilhança de muitos pormenores dados por Brienne. O realce literário que se pretendeu dar ao facto prejudicou a verdade histórica, como tantas vezes tem acontecido. Mas não pode restar dúvida alguma que, às vespéras do movimento, oferecimentos e seguranças, idênticos aos de que Tillac havia sido portador, foram reiterados pelos governantes franceses. É o que se lê num documento posterior ao Tratado dos Pirinéus, o *Discours apologétique*, publicado por Jules Tessier na sua obra sôbre o Chevalier de Jant: — «*J'adjousteray plus, qu'en mil six cens trente huict monsieur le Cardinal de Richelieu envoya le sieur Saint Pé consul en Portugal, qui rendit les lettres de creance au chancelier et à plusieurs des plus considerables du Royaume, par lesquelles la France promettoit de proteger et de maintenir le duc de Bragance, s'il se resolvoit à monter sur le throsne de ses peres; les mesmes offres et assurances furent reiterées l'an mil six cens quarante*» (8).

Tudo quanto àcerca da intervenção de Richelieu no movimento libertador de 1640 se podia ler nas obras de Aubery, Maugin, Le Vassor e Bougeant não impediu que Voltaire, na esteira de La Clède, negasse terminantemente a influência do Cardial nos preparativos do 1.º de Dezembro. Escreve o filósofo de Ferney: — «*Cette révolution du Portugal valut à la France plus que n'eussent fait les plus signalées victoires. Le ministère français, qui n'avait contribué en rien à cet événement, en retira sans peine le plus grand avantage qu'on puisse avoir contre son ennemi, celui de le voir attaqué par une puissance irréconciliable*» (9). É certo que a França, trabalhando *pro domo sua*, e desejando acima de tudo o enfraqueci-

(7) *Temas de História*, Pôrto, 1938, p. 93 e segs.

(8) Jules Tessier, *Le Chevalier de Jant — Relations de la France avec le Portugal au temps de Mazavin*, Paris, 1877, p. 306.

(9) *Siècle de Louis XIV*, chap. II.



O GENERAL ALEMÃO ARMANDO FREDERICO SCHOMBERG, CONDE E DUQUE DE SCHOMBERG, QUE SERVIU NO EXÉRCITO PORTUGUÊS, DURANTE AS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

mento da Espanha, alcançou grandes vantagens com a Restauração de Portugal. Mas a acção de Richelieu, animando de longe o patriotismo dos portugueses, é confirmada por numerosos e insofismáveis testemunhos. E não são apenas os documentos franceses que nos garantem o apoio do grande ministro de Luiz XIII aos nossos ardentes desejos de libertação. O Padre Gregório de Almeida, por exemplo, salienta, em certa altura da sua narrativa da conjura, que ao Duque de Bragança «grandes ajudas lhe ofereceu um poderoso Príncipe, das quais então não quis lançar mão» (10). E num papel diplomático, da autoria do Dr. Duarte Ribeiro de Macedo, que, em Junho de 1659, o Conde de Soure, embaixador extraordinário de Portugal em Paris, entregou a Mazarino, lê-se claramente que a França incitou, com promessas sedutoras, o Duque de Bragança a cingir a corôa dos seus maiores (11).

Já noutros trabalhos nos referimos em pormenor aos elementos de que se dispõe para poder avaliar a actividade de Richelieu como conspirador a favor da independência portuguesa (12). Desde as cartas de Voiture (que Camilo considerava um agente secreto), onde se vislumbra a primeira aspiração restauracionista, às informações do Padre Carré, que testemunham o desejo que os portugueses tinham de se libertar do «Faraó de Espanha»; desde a acção misteriosa do misterioso *Manuelinho* da revolta de Évora (13) aos enredos subtis de Afonso Lopez, judeu peninsular refugiado em França e famoso agente financeiro e confidente de Richelieu; desde as instruções perentórias ao Arcebispo de Bordéus, que comandaria a esquadra do Atlântico, e que vêem desmentir as conjecturas de La Clède, aos episódios romanescos do jogador israelita num moínho de Montmartre e do Príncipe Casimiro da Polónia; desde o relatório do ouvidor de Granada a Felipe IV às referências do Padre Caetano Passarelli a uma correspondência secreta entre o Cardial francês e o Duque de Bragança; desde, finalmente, o que se pode adivinhar do papel que nas vésperas do 1.º de Dezembro desempenharam Sanches de Baena, Frei Domingos do Rosário e João Pinto Ribeiro às anedotas que Tallemant des Réaux nos conta nas suas *Historiettes*, — tudo nos leva a concluir que — como não podia deixar de ser — a França, através da rede vastíssima de espões e de informadores confidenciais de que dispunha o insigne estadista que a gover-

(10) *Restauração de Portugal prodigiosa*, Lisboa, 1753, Segunda parte, Capítulo I.

(11) *Obras do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo*, Tõmo I, Lisboa, 1767, p. 95.

(12) *Temas de História*, p. 81-98, e *A Europa e o domínio filipino em Portugal*, de colaboração com Luiz Vieira de Castro, a sair nos *Anais da Academia Portuguesa da História*.

(13) Vid. Consiglieri Sá Pereira, *A Restauração vista de Espanha*, Coimbra, 1933, p. 28.

nava então, contribuiu grandemente para fomentar entre nós a rebelião contra o domínio castelhano.

Integrado na Europa do seu tempo — a Europa da Guerra dos Trinta Anos — Portugal era uma pedra do xadrês político sôbre o qual se debruçava o génio diplomático de Richelieu. Seria incompreensível a passividade do ministro de Luiz XIII perante a hipótese de criar, na própria Península, os maiores embaraços à Casa de Austria. A Catalunha, primeiro, Portugal, depois, foram incêndios ateados em grande parte pela propaganda, pela subtilidade política e também pelos milhões do grande Cardinal, que, assim, utilisava o espírito nacionalista, sempre vivo sob o poder estranho, de catalães e portugueses no duelo tremendo que devastava o velho continente no século XVII. Razão, por consequência, tem uma obra moderna, assinada por dois nomes ilustres, em afirmar que *«entre 1624 et 1642, année de sa mort, on trouve la main de Richelieu dans tout événement d'importance qui s'accomplit en Europe. Il combattait partout avec bonheur, moins par les armes que par la parole et par l'argent. La bourse plutôt que l'épée à la main, il défit l'Espagne sur toute la ligne, en Allemagne, en Italie, en Flandre. Il fit alliance avec toutes les puissances européennes hostiles aux Habsbourgs. Toute arme lui était bonne dans cette lutte contre les rivaux traditionnels de la monarchie française. Il prépara la révolution portugaise de 1640 et sut tirer parti de la révolte catalane. Il entra en négociations avec les Maures; il fut l'instigateur de la révolte de Bohême. Et tel fut le succès de cette lutte sans merci, de cette diplomatie où l'or remplaçait l'arme franche, qu'à la mort du cardinal l'orgueilleuse Espagne, qui avait dominé l'Europe pendant plus d'un siècle et demi, était tombée au rang d'une puissance de troisième ordre»* (14).

RODRIGUES CAVALHEIRO

(14) J. W. Thompson e S. K. Padover, *La Diplomatie secrète — L'espionnage politique en Europe de 1500 à 1815*, trad. francesa de Adrien F. Vochelle, Paris, 1938, p. 73.

A ESPANHA NAS COMEMO RAÇÕES CENTENÁRIAS

(RECORDAÇÕES PORTUGUESAS)



*LEONI (Leone e Pompeo) — A IMPERATRIZ ISABEL
DE PORTUGAL, ESPOSA DE CARLOS V*

(Estátua de bronze existente no Museu do Prado. Madrid)

OS JURISCONSULTOS E OS DIPLOMATAS DA RESTAURAÇÃO

SESSÃO EVOCATIVA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA,
EM 28 DE NOVEMBRO DE 1940

Aberta a sessão, o sr. dr. Júlio Dantas disse que, obedecendo a uma velha praxe académica, proferiria algumas palavras como prefácio das conferências que iam ouvir-se, e fez, a seguir, algumas reflexões sobre a obra dos doutores da Restauração, dos construtores da doutrina da legitimidade.

— Quem foram os juristas, alma das Cortes de 1641, criadores de doutrina, consultores das Embaixadas? — continuou o sr. dr. Júlio Dantas — Quem foram os diplomatas que, melhor ou pior — como se pôde — contribuíram para reatar as relações de Portugal com as nações estrangeiras? Quais as suas obras? Que serviços prestaram? Que vantagens advieram para o País dos instrumentos diplomáticos então assinados? Eis o que nos dirão os insignes oradores desta noite, a quem, desde já, agradeço, em nome da Academia, as lições magistrais com que quiseram distinguir-nos. A sala em que nos encontramos converter-se-á, pelo sortilégio da sua palavra, numa galeria de retratos, onde, em nobres painéis, com a graça velasquiana da pintura do tempo, vão aparecer-nos os homens veneráveis que, há três séculos — nobreza de sangue e nobreza de toga — completaram a obra da Restauração.

Além, de casaca de seda e veste de brocado, com o seu bastão e a sua Cruz de Cristo sobre o peito, tais como entraram nas cortes de Carlos III de Inglaterra, ou de Luiz XIII de França, de Cristiano IV da Dinamarca, ou do «stathouder» Frederico de Orange no infantil gineceu de Cristina da Suécia, ou no camarim pontifício de Maffeo Barberino, veremos os embaixadores de Portugal, austeros e graves: D. António de Almada, o monteiro-mór, D. Francisco de Melo, o conde da Vidigueira e o marquês de Niza, almirante do Mar das Índias; Tristão de Mendonça; o gentil D. Francisco de Sousa Coutinho, do Conselho do Estado; o bispo de Lamego, depois arcebispo de Évora — um Vimioso — olhar duro, corpo gigantesco, braço afeito a empunhar, com a mesma dignidade, o báculo e a espada. Do outro lado do salão, com as suas murças doutorais, as suas togas negras, desembargadores, as suas varas de prata de

magistrados, surgirão perante nós os juristas, os homens das Cortes gerais, os secretários de Embaixada, alguns, mais tarde embaixadores também e ministros residentes: o doutor Velasco de Gouveia; o doutor António de Sousa de Macedo, futuro embaixador em Londres, cuja resposta ao manifesto de Pellizer é uma maravilha de dialéctica; o doutor Francisco de Andrade Leitão, futuro ministro na Haia; o doutor António Coelho de Carvalho, depois embaixador em França, etc.

E, a terminar, disse:

«Uma nova idade vai nascer. O que nos trará? O que desaparecerá com ela? Nesta hora de amargas incertezas, voltemo-nos para o passado, meus senhores, e saudemos nos diplomatas e nos juristas da Restauração — retratos nobilíssimos que ornaram o solar da família portuguesa — a velha Diplomacia e o velho Direito, aos quais devemos, há três séculos, a liberdade assegurada e a Pátria renascida!»

O sr. prof. dr. Cunha Gonçalves proferiu, em seguida, a sua erudita oração sobre os juristas e os letrados da Restauração.

O orador começou por definir a revolução de 1640 como um acto de política nacional, provocado pela reacção dos portugueses em face dos inimigos da Espanha se terem tornado inimigos de Portugal. Tudo o mais, acentuou, foram apenas faúlhas que fizeram explodir a revolta latente.

— Para o pleno êxito da revolução, disse depois o sr. prof. dr. Cunha Gonçalves, era de primordial necessidade dar-lhe uma base jurídica, sem a qual ela seria criminosa rebeldia. É que existia uma sociedade internacional com um desenvolvido direito das gentes e um direito público interno com severas regras. No séc. XVII subsistia, ainda, a doutrina feudal, que identificava a soberania com a propriedade. O monarca era senhor do território e dos seus habitantes. Por isso é que Felipe II se empenhara na demonstração do seu *direito de propriedade do reino de Portugal*, e muitos espanhóis, du-

rante 60 anos, haviam publicado livros defendendo esse direito, até 1639, ano em que saiu à luz a obra de Fr. João Caramuel, monge de Cister. De outro lado, dominava ainda a doutrina do direito divino dos reis, proclamada por S. Paulo e que, nêsse mesmo séc. XVII, teve a sua expressão mais eloquente na frase atribuída a Luiz XIV: *L'État c'est moi!* Esta doutrina era sustentada por valiosos escritores, entre os quais avultava Hugo Grócio. Em Portugal, o direito divino e absoluto dos reis fôra já afirmado por D. Duarte I, na confirmação da *Lei mental* de seu pai, e por D. Manuel I na Carta Régia convocatória das Córtes Gerais de 1498.

Quis o Duque de Bragança dar o carácter de unanimidade nacional á Revolução e, por isso, se reuniram as Córtes Gerais de 28 de Janeiro de 1641, em que estiveram largamente representados os três estados: nobreza, clero e povo. Mas, nos bastidores, a histórica cena foi regida por três juristas: João Pinto Ribeiro, António de Sousa Macedo e Francisco Velasco de Gouveia. João Pinto Ribeiro, fidalgo e desembargador do Paço, tendo trabalhado intensamente nos preparativos da Revolução, no palácio dos Almadás, tornou-se o mais conhecido da posteridade.

O mais ilustre e douto dos três, porém, foi o doutor Francisco Velasco de Gouveia. Natural de Évora, filho do célebre jurista Alvaro Velasco, lente de Direito da Universidade de Coimbra, tendo êle sido também lente de Direito canónico da mesma Universidade e desembargador da Casa da Supplicação foi o occulto autor do famoso Assento que as Córtes assinaram em 5 de Março de 1641, e no qual foram afirmados, pela primeira vez em Portugal, os princípios da doutrina tomística sobre a soberania popular. Por isso, as mesmas Córtes deliberaram que êsses princípios fôsem desenvolvidos em livro, publicado á custa da Nação e editado em português e latim, para ser espalhado por todos os países da Europa, livro de que foi incumbido, como era natural, o dr. Velasco de Gouveia. Êste livro, impresso em 1644, com o título de *Justa aclamação do Serenissimo rei de Portugal D. João IV, Tratado analítico em três partes*, etc. é uma extensa e substancial glosa do Assento das Córtes de 1641 e constitue trabalho de grande erudição, em que é exposta e aplicada, em especial, a doutrina de Azpilcueta Navarro acêrca da soberania popular.

E, a terminar, o sr. prof. dr. Cunha Gonçalves referiu-se á obra e á doutrina de Velasco de Gouveia e concluiu:

— Façamos justiça aos doutores de Coimbra que, invocando a velha doutrina de S. Tomaz, opuseram

ás demasias do poder real, a força subtil, mas imensa, de algumas ideas restritivas. Estas ideas são, ainda hoje, o paládio das revoluções nacionalistas com que são restauradas a paz social e a prosperidade das nações.

A seguir, usou da palavra o sr. prof. dr. Rui Ulrich, director da Faculdade de Direito de Lisboa, que pronunciou uma oração notável.

O sr. prof. dr. Rui Ulrich começou por fazer profundas considerações sobre a vida do diplomata, para se referir, depois, á ingrata tarefa daqueles que em 1641 foram para as córtes europeias representar Portugal. Definiu, rápida e brilhantemente, a política externa de D. João IV — a primeira figura diplomática da sua época — e focou, a seguir, algumas das personalidades, entre as quais Francisco de Sousa Coutinho, cuja larga acção em vários países da Europa teve como resultado o reconhecimento da nossa independência em toda a parte.

O orador biografou, depois, Tristão de Mendonça Furtado, «mais homem de espada que de letras» e D. Vasco da Gama, conde de Vidigueira e marquês de Niza, embaixador em Paris, onde gozava de extraordinário prestígio, a tal ponto que conseguiu que o rei de França — o mais poderoso monarca desse tempo — tratasse D. João IV de igual para igual.

Outra figura eminente da Restauração foi D. António de Almada, cuja obra diplomática em Espanha e Londres foi notabilíssima, assim como a de Sousa Macedo.

E o sr. prof. dr. Rui Ulrich disse, depois:

— Haveria a mencionar ainda outros diplomatas fidalgos. O marquês de Cascais, que se arruina na sua embaixada a Paris, dizem — que por desbaratos extravagantes, penso antes que para honrar o prestígio do seu título e do seu cargo; o conde de Soure, que com admirável autoridade e rara persistência luta em França pelos nossos interesses; o conde de Miranda, de reconhecida capacidade, que firma o tratado de paz com os Países Baixos, em 1661, reconhecendo as nossas conquistas na Asia e na América; o monteiro-mór, D. Francisco de Melo, que afincadamente combate com Richelieu; o conde de Penaguião, que luta com notável persistência para conseguir um tratado com a França, melhor do que o de 1654; outro D. Francisco de Melo, que com a Holanda negociou um novo tratado de amizade em 1668.

Todos êstes diplomatas pertenciam á nobreza. Outros não menos nobres eram também eclesiásticos. Avulta entre êles a figura insinuante de D. Mi-

guel de Portugal, bispo de Lamego, enviado à Santa Sé. Talvez pouco conhecedor dos negócios políticos, impunha-se pela sua rara distinção, sabendo manter na sua pessoa a glória do seu sangue ilustre. Filho dum amigo do pai do Cardinal de Richelieu, avista-se com este na sua passagem por Paris a caminho de Roma. Responde com uma precisão sempre feliz, que muito honra a sua alta inteligência, às perguntas concretas que lhe formula o grande estadista francês. Segue para Roma, onde o esperam muitas dificuldades e até perigos graves. Tranquillamente vai o embaixador passar uma tarde com o seu colega de França, o marquês de Fontenay. Enquanto conversam amigavelmente, chega a notícia de que o embaixador de Espanha, marquês de los Velez, prepara uma agressão nas ruas de Roma ao nosso representante. Mais recordado por certo das tradições guerreiras dos seus antepassados, do que do carácter de paz do seu ministério, o bispo logo se dispõe á luta e quer afrontar cara a cara os sicários que o esperam. Querem-no acompanhar alguns amigos catalães e franceses e os criados do embaixador de França.

O rev. Inácio de Mascarenhas, jesuita, fidalgo e letrado, alcança a continuação da luta pelos catalães, cuja nobreza já ia sendo subornada, traz para a pátria muitos portugueses que andavam pela Catalunha e, arriscando-se a uma viagem a França, para impetrar o auxílio para os insurrectos, consegue-o. Corre para isso graves perigos, escapando dum atentado que os espanhóis contra elle preparam em Génova. Modêlo de prudência e de discrição foi Frei Deniz de Lencastre, sobrinho do próprio rei e esforçado governador de Ceuta. Mandado em 1641 a França em missão secreta, ali foi pedir auxílio em

favor do duque de Medina Sidonia, cunhado de D. João IV, que pretendia revoltar a Andaluzia.

Nêste friso de figuras gloriosas há ainda a mencionar os letrados: Andrade Leitão, autor do famoso e enérgico discurso em latim aos Estados Gerais. Talvez um pouco fanfarrão, o que despertava os sorrisos dos seus colegas, de génio autoritário e vaidoso, o que o indispsôs em Munster, com os plenipotenciários imperiais e até com os franceses, que eram os seus principais auxiliares, mas de notável erudição, construindo um monumento de raro valor jurídico no panfleto que dirige a um fidalgo da côrte de Inglaterra, em resposta a outro em favor de Felipe IV. Durante a sua missão na Haia, a sua casa é assaltada pela populaça, tendo êle de fugir pelas trazeiras do edificio!

Cristóvão Soares de Abreu ficou justamente afamado pela sua inteireza de carácter e vasto saber. A êle se deve o acôrdo de Compiègne de 7 de Junho de 1649, em favor do infante D. Duarte. Pantaleão Rodrigues, com a maior clareza e profundidade, defende perante a Junta dos Cardiais, em Roma, a legitimidade de D. João IV.

E concluiu:

— Tal foi a pleiade de homens superiores, que ao serviço de Portugal defenderam e firmaram o seu destino, e tal foi a sua obra relevante. Bem merecem êles que o País lhes consagre uma gratidão indefectível. E mais do que isto. O seu exemplo bem merece ser invocado nas horas trágicas que o Mundo atravessa e que tantas responsabilidades fazem pesar sôbre os nossos representantes no estrangeiro. Possam os diplomatas de hoje igualar os seus antecessores no talento, na dedicação, no sacrificio e — confiemos em Deus — também no êxito.



SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, REA- LIZADA NA ASSEMBLEIA NACIONAL, EM 2 DE DEZEMBRO

DISCURSO DO DR. JULIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO
EXECUTIVA

No dia de hoje, em tódas as Câmaras municipais do Continente, das Ilhas Adjacentes e dos domínios ultramarinos; nas Embaixadas, Legações e Consulados; em Portugal, no Império e em todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo, será ouvida a voz do venerando Chefe do Estado declarando encerradas as Comemorações Centenárias. A grande família lusitana, depositária do património sagrado de oito séculos de tradições, forte na consciência do seu passado e do seu papel na história da Civilização, está neste momento unida; comunga no mesmo alto pensamento perante a ara da Pátria, símbolo augusto da sua unidade moral e da sua continuidade histórica; e agradece á Providência ter-lhe permitido celebrar em paz, rodeada da amizade e do respeito de tódas as Nações, não apenas o seu jubileu e a sua glória, mas as suas lutas, as suas dores, o seu sofrimento de oitocentos anos ao serviço do bem comum universal e dos grandes valores espirituais e morais da humanidade cristã.

Que vimos nós, meus senhores, neste período de seis meses que hoje se encerra? Oitocentos anos de história em imagens vivas e palpitantes; a glorificação de quatro datas: 1140, 1340, 1540 1640; a Nação em marcha no tempo e no espaço, tropel de lanças visigóticas, serpente de ferro que desceu das Beiras, atravessou o Garb, transpôs as colunas de Hércules, circundou a Africa e acabou por cingir no seu braço o Mundo; o esplendor de uma Exposição triunfal, políptico maravilhoso em que Portugal se reviu na sua própria grandeza; a exaltação do génio da Raça, em tódas as suas manifestações, na bravura, no civismo, na cultura, na fé; os monumentos reconstituídos; o património nacional valorizado; dez congressos de história; seis exposições de erudição e de arte; não sei quantas exposições etnográficas provinciais, tesouro documental dos costumes, das crenças, das tradições, da arte popu-

lar portuguesa; paradas de forças económicas; préstitos refulgentes de armas, de cruces, de pálios, de relíquias, de bandeiras, — ascensão magnífica da Pátria para a imortalidade; e — espectáculo na verdade surpreendente! — o povo, a Nação vibrando de entusiasmo como um só homem, todos os portugueses unidos no mesmo sentimento de admiração e de orgulho, realizando e eles próprios — multidão das cidades, gente humilde das aldeias — o mais impressionante número das comemorações centenárias.

Dizem que tudo isto se deve a alguns homens a quem o Governo confiou o encargo de celebrar os fastos nacionais. Não é verdade. Longe de mim o propósito de diminuir a sua obra, de pôr em dúvida o seu esforço, realizado sabe Deus no meio de quantas incertezas, de quantas dificuldades, de quantas amarguras. Mas nada disso seria possível, se não houvessem previamente criado as condições necessárias á sua acção. Nada disto seria possível numa Nação sem ordem, sem disciplina, sem organização do trabalho, sem autoridade moral e sem prestígio internacional. Nada disto seria possível sem a assistência, sem o conselho e o apoio político de Alguem — grande português entre os maiores de todos os tempos — que traçou as linhas mestras dessa obra e cujo espírito nobilíssimo pairou acima de tudo quanto fizemos. Nada disso seria possível — esta rápida mobilização de tódas as energias nacionais, esta improvisação sumptuosa cuja significação e cujo alcance nem nós próprios medimos ainda, — sem a colaboração do País inteiro, do Poder, da Igreja, dos Senados universitários, das instituições académicas, dos corpos administrativos, do Exército, da Mocidade, das actividades económicas, das comissões locais; sem o concurso dos técnicos, dos artistas, dos eruditos, dos trabalhadores, dos operários; sem as admiráveis capacidades de con-

cepção e de realização dos portugueses de 1940, que — essa, sim! — foi a grande revelação dos seis meses memoráveis que acabamos de viver. A Comissão a que presido inventou, orientou, coordenou, administrou, dirigiu: a obra integral pertence á Nação.

Um momento houve, meus senhores, em que o País hesitou. Quando já tóda a organização se encontrava em marcha, surgiu a guerra. Em presença de um acontecimento que profundamente abalava a comunidade europeia, que lançava a incerteza em tóda a vida internacional e cujas repercussões morais e económicas não deixariam de fazer-se sentir entre nós, pareciam legítimas as dúvidas. Era, porém, já tarde para retroceder. Curvámó-nos ante o espectáculo do heroísmo, do sacrifício e da dôr humana, e — sabe Deus como! — num ambiente de indiferença, senão de quási hostilidade, quando todos julgavam prejudicadas as comemorações, quer na sua expressão nacional, quer na sua projecção exterior, — obscuramente, silenciosamente, corajosamente, nós continuámos a trabalhar. No dia 2 de Junho, com a eloquente oração de Sua Eminência o Cardial Patriarca, pronunciada sôbre a galilé da Sé catedral, entre a espada do Fundador e a cruz de oiro de Sancho I, as celebrações centenárias começaram.

Veio a jornada de Guimarães, iluminura medieval resplandecente, acto pagão e cristão, em que um Castelo surgiu de uma montanha de rosas e em que, do alto da tórre, a voz do Chefe — voz de hoje, com o timbre de bronze de um sino de oito séculos — chamou e uniu os portugueses; vieram as jornadas de Braga, do Pôrto, de Coimbra, de Sagres; abriam-se em plena apoteose, entre salvas de artilharia e revoadas de pombas, as portas aureas e monumentais da Exposição; — e então, como por encanto, tódas as dúvidas se dissiparam; tóda a Nação despertou; o que se afigurava inoportuno pareceu providencial; e, na hora em que ruíam nações e vacilavam impérios, Portugal inteiro ergueu-se, não já apenas para comemorar os seus oitocentos anos de existência, mas para proclamar o seu direito á vida, direito sagrado que tem raízes profundas na história. Quem operou o milagre? Quem, perante os desfalecimentos e as hesitações gerais, teve a aguda visão de que as Comemorações eram mais do que realizáveis, — eram necessárias? Quem foi, junto de nós, desde o primeiro momento, a firmeza, a confiança, a tenacidade, a coragem, a inspiração, a fé? Senhor Presidente do Conselho, — eu não preciso de pronunciar o seu nome, para que tóda a Nação o saude e lhe agradeça!

Mas — dir-se-á — as comemorações não puderam

ser o que certamente teriam sido em circunstâncias normais, se a sombra de tão graves preocupações não pesasse sôbre o Mundo. Com efeito, não estava na nossa mão evitar o inevitável; e, além disso, razões ditadas pela própria sensibilidade da Nação impunham-nos a obrigação moral de não afrontar com o nosso júbilo o sofrimento alheio. Realizámos solenidades; não quisemos realizar festas. As comemorações centenárias tiveram elevação, dignidade, sumptuosidade, ardor cívico, entusiasmo patriótico; mas não tiveram, nem podiam ter alegria. Soubemos — honra nos seja! — conciliar o dever nacional com altos sentimentos de respeito e de solidariedade humana. Tenho de reconhecer também — o que, aliás, estava previsto desde o início do estado de guerra — que a situação internacional diminuiu a repercussão exterior dos actos comemorativos, e restringiu necessariamente a participação que esperavamos das Nações estrangeiras. Nem por isso, entretanto, faltaram ao nosso lado as embaixadas e as missões especiais de todos os Países amigos, aos quais devemos perdurável reconhecimento: nem por isso a colaboração estrangeira nos Congressos — memórias, comunicações, informações e reversões bibliográficas, cartográficas e iconográficas — foi menos numerosa e menos brilhante; nem por isso deixámos de sentir á nossa volta — registo-o com verdadeiro desvanecimento — a simpatia, o interêsse e o affecto inalterável de todos os povos.

Seja-me permitido distinguir, dentre as Nações que mais de perto nos acompanharam, aquelas cuja representação opulenta enobreceu a Exposição do Mundo Português, e que connosco se irmanam pelas afinidades de raça, de língua, de tradições e de história: o Brasil, nosso filho atlântico; a Espanha, nossa irmã ibérica; povos da mesma família, gente do mesmo solar, brasas da mesma lareira, — piedosos refúgios do Mundo que sofre, numa das horas mais profundamente dramáticas que a humanidade jámais viveu!

Senhor Presidente da República: não é por deliberação própria que uso da palavra nesta sessão solene, em que só a voz prestigiosa de V. Ex.^a deveria ouvir-se. Ordenou-o, porém, quem, para tanto tem autoridade e poder, e essa ordem significou para mim — não o oculto — a maior distinção a que me seria lícito aspirar. Dirigindo-me pela última vez ao País, na qualidade de presidente da Comissão Executiva dos Centenários, cumpro o dever de dizer a V. Ex.^a que os homens que trabalharam connosco, e que se contam por centenas, senão por milhares, em todos os sectores de actividade e em tódas

as classes sociais, desde as grandes figuras representativas da cultura nacional até aos mais obscuros artistas e aos mais modestos operários, são dignos de louvor do Governo e do agradecimento da Nação. Todos trabalharam pela Pátria, esquecidos de si próprios, nessa unidade de esforços, nessa comunhão de pensamento que caracterizam os grandes instantes da vida de um povo. É cedo ainda — falta-nos a perspectiva do tempo e a serenidade da história — para medir em tóda a sua extensão e em todo o seu valor a obra realizada, que, repito-o, não é de poucos, mas de todos; não é nossa, mas

do País inteiro. Os dirigentes e os responsáveis — caríatides sôbre cujos ombros pesaram e pesam ainda encargos superiores ás suas forças — julgam-se apenas no direito de que a Nação os ignore ou os esqueça, se não os esqueceu já. A sua acção foi anónima, desinteressada e impessoal. Ao acolher-se á sombra, a que regressam, um só voto formulam, um só pensamento os acompanha: quando a cinza da morte cobrir as gerações, e mais um século tiver passado sôbre esta hora — que os portugueses do ano 2040, homens do nono centenário, cumpram o seu dever como nós o cumprimos e amem a sua terra como nós a amámos!



INSCRIÇÃO NA PAREDE DA BIBLIOTECA DA GALLIA DA SE

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, REALIZADA NO PAVILHÃO DE HONRA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1940

PALAVRAS DE SUA EXCELENCIA O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Vai encerrar-se, em pleno esplendor, a Exposição do Mundo Português, manifestação admirável da visão, equilíbrio, energia e fé da gente portuguesa. Foi um sonho lindo, apenas interrompido na sua realização para que os nossos olhos extasiados a contemplassem no mundo físico das coisas. Sim, porque a sua visão de maravilha ficará para sempre guardada em todos os corações portugueses.

Síntese magnífica do esforço heróico da nossa gente através dos seus oito séculos de História, ela própria constituirá para o futuro uma página da História Pátria pelo que exprime da capacidade realizadora, espírito patriótico e cristão da geração de 40, da sua fina espiritualidade e poder criador. Símbolo da obra de continuidade histórica do Estado Novo — Estado que o saber e o fervoroso patriotismo de Salazar alicerçaram, ela teve o aplauso unânime e entusiástico de todos os portugueses. Glória a todos os seus realizadores — artistas, técnicos, trabalhadores. Homenagem ao ilustre comissário geral da Exposição do Mundo Português, dr. Augusto de Castro, a quem me é grato testemunhar o alto apreço do Governo da Nação pelo brilhante êxito da sua acção.

DISCURSO DO DR. AUGUSTO DE CASTRO, COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

«Em nome de todos os colaboradores da Exposição do Mundo Português, desde os mais qualificados aos mais humildes, agradeço a V. Ex.^a, Senhor Presidente da República, a honra que para todos representa a presença de V. Ex.^a nesta solenidade, último acto oficial da Exposição. Em nome de todos aquêles que V. Ex.^a se dignou hoje premiar, peço a V. Ex.^a que receba os protestos dum vivo reco-

nhecimento. Procurámos todos cumprir o nosso dever. O galardão que recebemos aceitámo-lo não para nós, mas para a obra realizada. Nesta grande manifestação da vida nacional os homens contam pouco. Contam os factos e conta a sua significação. As distinções que V. Ex.^a acaba de conceder — novo testemunho da generosidade que é uma das virtudes com que V. Ex.^a tão nobremente exerce a

suprema magistratura da Nação — consagram uma obra nacional e dão aquêles que foram os instrumentos e os realizadores dessa obra a alegria, que vale mais do que tôdas, duma aprovação que ficará, para cada um dêles, como um dos mais belos títulos da sua vida.

Ao Governo, nas pessoas dos Senhores Ministros, agradecemos a prova de confiança que lhe merecemos, o estímulo que, nesta hora de despedida, dêle novamente acabamos de receber.

A Exposição foi, acima de tudo, uma afirmação de unidade moral, coroando uma gloriosa evocação de unidade histórica. Nesta hora simbólica, ela, que, ontem era ainda o Presente, entra no Passado. E ao transpor êsse limiar da história, duas figuras se erguem sobre a grande projecção nacional que as Comemorações deixam, como um sulco luminoso, na vida do País: a figura do Presidente Carmona encarnação, na sua mais alta e lídima representação, do Estado e da grandeza moral e cívica da nobre missão de «servir» — que é nos chefes a mais alta expressão do comando —, e a figura de Salazar, construtor da obra interna e externa, que tornou possível a hora de exaltação sagrada que o fecho das Comemorações hoje encerra. Sem Salazar, sem o clima político e moral que êle criou, êste encontro magnífico do Passado e do Presente não poderia ter-se realizado, como se realizou, na apoteose dos Centenários — e sobretudo nessa Esplanada de Evocações Imortais que erguemos, sobre o Tejo, cidade de Luz que esta noite se apaga. Foi aqui que, á voz do Chefe, o Passado, na efêmera mas viva ilusão das almas, se tornou Presente — de sombra se tornou clarão, de morte se tornou juventude. Êsse foi o milagre duma Pátria. Foi também o milagre dum homem.»

E adiante, depois de ter saúdado no sr. eng. Duarte Pacheco o «criador da Exposição», o sr. dr. Augusto de Castro disse:

«Aquêles que foram os realizadores da Exposição, colaboradores incansáveis dêste Commissariado,

devo uma palavra de despedida e último agradecimento. Esta Exposição foi obra duma única hierarquia: a da dedicação e da confiança. Nunca aqui dentro houve outra — e êsse facto é, para todos nós, uma recordação e um exemplo. Separamo-nos sem um dissentimento. Vivemos sem uma emulação — que não fôsse a de melhor cumprir. A todos estendo uma mão leal e grata, desde o mais alto ao mais modesto, ao mais anónimo colaborador».

E a terminar:

«A Exposição foi, na vida portuguesa, uma paragem espiritual, em que o nosso olhar se deteve comovido e ardente, sobre um passado que se tornou, por um momento, ressurreição, flôr e alegria. A Exposição foi uma obra de recolhimento familiar dessa grande caminhada da História — que é a nossa Pátria. Foi a novena do Restelo. Foi um exame de consciência nacional a que demos, como testemunhas, o Tejo e os Jerónimos, padrões da nossa alma. Foi uma promessa, que fizemos a nós próprios, em face de Deus e do Passado, razões da nossa fé e da nossa immortalidade. Foi um hino e uma canção em que as nossas vozes se juntaram. Foi a breve apoteose dum Destino e da nossa fidelidade á sua renovada glória.

Mas nenhuma destas grandes expressões morais que celebrámos, nenhuma das grandes sombras evocadas, nenhum dos votos aqui expressos — e de que esta Exposição foi apenas a tradução plástica e luminosa — desaparece, quando os últimos clamores, os últimos fachos se extinguirem logo á noite, neste recinto. A Exposição, que foi apenas símbolo e exemplo, continua — na nossa alma, no nosso presente, na nossa aspiração, no rastro que dela nos fica. A chama, de que êste certame foi o pálido reflexo e a passageira ilusão, tem um nome, que levou oito séculos a escrever na História; oito séculos que oito letras resumem a nossos olhos; Portugal — prece, eterna, comunhão imortal, praia em que um eterno mar embala um perpétuo sonho, pórtico ocidental da Europa, jardim doirado do Atlântico.»



ALOCUÇÃO DO COMISSÁRIO NACIONAL DA MO CIDADE PORTUGUESA, DR. MARCELO CAETANO, NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1940

«Faz hoje trezentos anos que Portugal retomou a liberdade de traçar e reger os seus destinos alcançando ao trono um Rei português.

Quantas lições se depreendem dos factos evocados por esta gloriosa data!

«PRIMEIRA LIÇÃO é a de que *Portugal nunca perdeu a sua individualidade nacional, nem sequer a personalidade política como Estado juridicamente independente.*

No momento em que um rei espanhol pela primeira vez cingiu a corôa portuguesa eramos uma Nação definida com tanta nitidez que a nenhum poder humano seria possível tentar desvanecer-lhe o carácter.

Quási cinco séculos haviam decorrido já sobre a fundação da Monarquia e nêsse espaço línhamos aberto bem fundo o sulco das nossas fronteiras continentais, criado a unidade interna, afeiçoado uma linguagem, afirmado uma vontade e vivido a mais bela epopeia da História moderna; todo o Oceano conhecia o rumor das nossas naus, o Mundo tomara, pela nossa mão, consciência da sua grandeza, e os gentios mais distantes ouviam pela nossa voz a boa nova da revelação cristã.

Eramos nós, bem nós: não poderíamos já ser outros.

E a evidência desta individualidade impunha-se de tal modo que, de início, ninguém se atreveu a negá-la.

A união com a Espanha respeitou a nossa qualidade de Estado: havia um só rei, mas governando dois reinos. As leis feitas para Espanha não obrigavam em Portugal. Eram diversas as moedas, diferentes os Governos, distintos os Impérios. A aclamação do monarca em Madrid não o dispensava de vir a Lisboa jurar perante as Córtes o respeito da nossa Constituição.

Segundo o direito, Portugal continuava a ser um Estado independente. Mas de facto... não era assim.

E não era assim porque, naqueles tempos, o rei, sendo senhor absoluto, orientava pessoalmente os negócios governativos, inspirado pelos seus Ministros e apoiado nos seus Conselhos. Ora, como havia

de pensar e de sentir portuguêsmente o rei nascido em Castela e vivendo em Madrid, rodeado de espanhóis e quási só a espanhóis ouvindo?

A breve trecho sucediam-se as violações dos nossos direitos, crescia o número de funcionários estrangeiros na nossa Pátria, e teimava-se em impôr-nos uma política contrária aos nossos interesses legítimos.

Estamos perante a SEGUNDA LIÇÃO do dia: *Portugal e a Espanha, enquanto governados separadamente, praticaram grandes feitos em proveito da Humanidade; mas depois de unidos sob o mesmo rei nada mais fizeram senão sofrer a própria ruína.*

Se há ainda quem tenha dúvidas de que Portugal e a Espanha estão destinados por Deus a seguir separadamente as rotas dos seus tão diversos géneos — desengane-se á vista dos resultados desta prova real da História!

A associação do nosso País aos interesses da Espanha segundo o arbítrio do rei estrangeiro, teve como efeitos imediatos o empobrecimento da Nação, a perda da supremacia naval, a inimizade de Potências com cuja colaboração contávamos, a ruína do comércio do Oriente, e o assalto francês, inglês e holandês ás nossas possessões ultramarinas então em grande parte abandonadas.

Separados, fomos os navegadores de todos os mares, os descobridores de todos os continentes, os conquistadores de todos os sertões, os escaladores de todos os céus.

Unidos, não fomos senão presa de tôdas as rapinas, joguete de tôdas as cobiças, despojos de tôdas as combinações.

Que concluir daqui senão a necessidade de manter ciosamente a independência *total* dos dois Estados peninsulares, para ser possível a colaboração entre ambos no desempenho da missão que receberam de conduzir a mensagem latina e a palavra cristã a tôdas as paragens e a todos os povos?

Portugal e a Espanha devem entender-se frateralmente: mas como dois irmãos, que um no outro respeitam a personalidade, que um e outro se reco-



LISBOA—PORTA INTERIOR DO PRIMITIVO PALÁCIO DOS CONDES DE ALMADA,
AGORA PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

nhecem caracteres diversos, que um e outro seguem trajectórias próprias.

Como diz o nosso querido Correia de Oliveira :

«Naquela sebe de rosas
Que devem ser as fronteiras
Ninguém bula nas raízes...
Mas abracem-se as roseiras».

A união de Portugal e de Espanha foi, portanto, prejudicial a ambos os povos: e a Nação portuguesa sentindo-se lesada nos seus interesses sacrossantos e oprimida nas suas liberdades tradicionais ansiava por desfazer uma ligação que era evidentemente contra a Natureza e a História.

Mas para que o povo pudesse afirmar o seu unânime sentimento e executar a sua consciente vontade — precisava de chefes.

TERCEIRA LIÇÃO do dia: *um povo nada vale sem chefes que o conduzam.*

De uma a outra ponta de Portugal, no meio dos sofrimentos da opressão, gemia-se na raiva da revolta contida: — Ah, que se tivéssemos um chefe!

E sonhava-se então com a vinda do bergantim doirado onde regressaria numa incerta manhã de bruma, o Rei cavaleiro, o Rei heróico, o Rei português, o Desejado que daria corpo ao ideal nacional.

Quem se desejava, com a esperança ardente e viva que a fé transforma em mito, era um Chefe; e o Chefe um dia chegou. Trouxe-o a energia combativa e a intrépida vontade dos mais esclarecidos e dos mais corajosos portugueses, dignos da nobreza que haviam herdado de seus avós.

Quarenta fidalgos se reúnem para enquadrar quantos quisessem participar da Revolução: são quarenta dirigentes, prontos a obedecer a uma cabeça, mas também a assumir tôdas as responsabilidades, arrostar com todos os perigos e a perder a vida.

Nem todos jôvens, mas todos moços: é que a mocidade está na alma, conhece-se pelo arrôjo dos projectos, pela persistência dos propósitos e pela ousadia dos actos.

Já têm Chefe supremo: o Duque de Bragança entrou na conjura e está com eles. São poucos? Representam a Nação inteira. Faltam armas? Sobejam corações. Não há dinheiro? Sobra generosidade.

Ó que imprudência magnífica a destes quarenta homens que assim se abraçam contra o inimigo da

Pátria, fiados apenas na sua resolução e lealdade e contando acima de tudo com a Nação e com Deus!

Preparam o seu gesto durante meses com tal segredo e cautela que nada transpirou a denunciá-los. E chegada a hora da acção — surgiram todos, sem faltar um, procurando suprir com a valentia a pequenez do número e remediar com prodígios a deficiência de meios.

O fogo do amor da Pátria acendeu neles coragem de gigantes. O espectáculo da tirania estrangeira fez-lhes esquecer o apêgo á vida. Era bem o ímpeto heróico da mocidade a cumprir o destino traçado pelo poeta:

«Por terra, a túnica em pedaços,
Agonizando a Pátria está.
Ó mocidade, oiço os teus passos!
Beija-a na fronte, ergue-a nos braços,
Não morrerá!».

«Já desfalece, já descora,
Já balbucia... é morta já...
Não! Mocidade, sem demora!
Dá-lhe o teu sangue ébrio d'aurora,
Não morrerá!».

«Rasga o teu peito sem cautela,
Dá-lhe o teu sangue todo, vá!
Ó Mocidade heróica e bela,
Morre a cantar!... morre... porque ela,
Reviverá!».

E foi assim que Portugal, em 1 de Dezembro de 1640, reviveu por obra e graça duma mocidade forte audaz e decidida, ardente de fé patriótica.

Será essa a última lição a aprender neste dia: a de que *a vida de um homem, tão breve e frágil, nada vale quando se trata de evitar infortúnios á Pátria ou de redimir sofrimentos colectivos.*

Foi o sacrificio a que se prestaram os heróis de 1640 que permitiu a Portugal prosseguir na sua missão divina, e ser ainda hoje a nossa terra — nosso amparo, nosso orgulho, nossa Mãe.

Bendigamos os nomes dos que nos permitiram viver agora num País independente, corajosamente disposto a enfrentar o Futuro.

E afirmemos o nosso propósito de manter as tradições gloriosas que eles nos deixaram, sacrificando tôdas as comodidades e interesses, á própria vida se preciso fôr, á existência e á grandeza da Pátria.

A TERCEIRA E OS CASTELHANOS

A BATALHA DA SALGA

A Restauração nos Açores, um pouco tardia, explica-se pela facilidade de condições de resistência a Filipe II. O ilhéu tem fama de teimoso. E não só por isso. As causas da fraqueza do Prior do Crato em Alcântara e da debandada final não serviam para os seus poucos mas duros fiéis das ilhas. Ficavam longe; tinham o mar entre eles e as tropas do Duque de Alba. Além disso, quem estava à frente do movimento na Terceira, ilha de que tudo dependia, era um capitão autêntico apesar de corregedor, em suma um homem, a quem os historiadores gerais não dão o lugar que merece nas tentativas feitas pelo Portugal saído do Mestre de Avis para não morrer. Chamava-se Ciprião de Figueiredo.

Em Julho de 1580 o Prior mandara aos Açores uma pessoa de confiança, um tal António da Costa, encarregado de converter os mais grados da terra à causa. Levava a nova da morte do Cardinal, uma carta da Câmara de Lisboa; e em Angra «arrastaram bandeiras» pelo rei estéril. Mas na vila da Praia, que ainda conservava uma boa parte da nobreza e fortuna da Terceira, das pessoas presentes à aclamação raras assinaram o auto, receando (diz Drummond) que aquelas coisas não tivessem «efeito durável e próspero»...

Outra virtude do ilhéu, além da teimosia, é a prudência. António da Costa, cumprido ali o recado, passou ao Faial e morreu. Mas na Terceira, apesar da nega a firmarem de cruz um auto que bem podia ser um passaporte para a força, ficavam sementes de patriotismo e de resistência. Ficava sobretudo o corregedor, que tinha alçada nas ilhas tôdas e sabia puxar por ela.

Parte da nobreza e o que Drummond chama «o povo miúdo em geral» estavam sinceramente com o último rebento de Avis. Aos mais esclarecidos, como Pedro de Castro do Canto, Provedor-Mor das Armadas, o nome do Infante D. Luiz, pai do pretendente, lembraria o de D. Manuel, e este o poder de frotas que, na ida e volta da Índia, refrescavam na ilha. De torna-viagem, Vasco da Gama lá deixara sepulto o irmão Paulo. E todos os navios, levando para as novas descobertas os rapazes e os frutos da terra, deixavam em trôco dinheiro e esperanças.

Entretanto chegava à ilha a nova da derrota de Alcântara. Para impedir que a confusão e o derrotismo lavrassem, enviaram-se emissários a Lisboa, entre eles um franciscano afamado, prègador popular, Fr. Melchior. A caravela, de um armador da terra, o Chichorro,

levou-os a Aveiro no princípio de Agôsto. D. António estava meio escondido, ainda ensanguentado da refrega, e recebeu bem os ilhéus. Lá lhe disseram com que fazendas e vidas poderia contar. O bastardo acenou-lhes com o socorro da França, apertou-lhes os ossos e partiram.

Estavam de volta a Angra em Outubro, cobertos de mercês. O povo, que é festeiro, apinhava-se no cais e na Prainha. Fr. Melchior subiu ao púlpito da Misericórdia e, cheio do prestígio dos abraços reais e das águas salgadas corridas na caravela do Chichorro, convenceu meio mundo da próxima vitória do Prior, das vilas e castelos que se levantariam por êle. Como o frade era eloqüente e engraçado, o povilêu entusiasmou-se e levou-o de charola ao convento.

Mas êste entusiasmo não era geral nem côr de rosa. Os jesuítas predispunham parte da nobreza a aceitar Filipe II. O Colégio dêles era muito freqüentado; a igreja enchia-se. Moravam no coração da cidade, a dois passos da Câmara. Quando apareceram doze galeões em frente de Angra, com Diogo Dias, que vinha palpar terreno para aclamar o espanhol, o povo levantou-se, obrigou o emissário a embarcar; só a governança da ilha, já de si receosa e minada pelos padres, respondera evasivamente. Os mais afoitos, Pedro de Castro do Canto e os Ferreiras de Melo, pai e filho, fretaram navio para Lisboa, como o comerciante ilhéu de agora, que não se fia no telégrafo e tira mas é passagem no CARVALHO ARAÚJO, para ver com os seus olhos. Mas, ao entrarem a barra, D. António estava batido, a gente do Duque de Alba prendeu-os e tomou-lhes os criados, os escravos, os cavalos que traziam para a luta.

Estas dedicações não se perdiam de todo. Ciprião de Figueiredo tirava delas o rendimento que não escapa ao bom chefe: argumentos de tenacidade, diversões dos pontos mais fracos da fidelidade popular para notícias que levantassem o moral.

Mas o poder do boato não era para desprezar. Sabia-se já na ilha que havia côrtes marcadas por Filipe II para Tomar, em Abril seguinte. Os jesuítas exploravam hàbilmente com o poderio do castelhano, com a anunciada sujeição das Indias, a armada de desembarque que não tardaria a velejar. Havia já entre os fidalgos mais chegados ao Colégio uma conjura em forma quando, a 29 de Setembro, aparecendo o bordo de uma nau à vista de Angra, João de Betancór, um dos do partido de Castela, tomou a nuvem por Juno e, a cavalo, de lança em punho, correu as ruas da cidade aos vivas a Filipe II. Mas a nau era bem portuguesa e vinha da India. O povo picou-se com a filáucia do fidalgo e, como êle se escond-

desse numa casa da rua Direita, meteram a machado a porta dentro. Se não fôsse o alcaide-mor da cidade, que o levou ao corregedor, davam cabo d'ele ali mesmo.

Este motim foi o fósforo da fogueira patriótica que ardeu na ilha até tarde. A prisão de Betancór, seguida da de um dos Cantos provedores das Armadas, de um Ceia, de um Bocarro e de um Neves, desfêz a conspiração. Os conjurados, como que por encanto, desapareceram, pondo-se a bom recato nas quintas e furnas da ilha.

Agora era o inverno, e o tempo mau da baía é sueste, o quadrante que arrasta o vento carpinteiro. Sopra dos ilhéus das Cabras, que velam com a sua solidão e o seu perrexil a entrada de Angra e atira aos muros da cidade vagalhões de grande crista, preparados lá longe. Em Janeiro (1581) viu-se uma nau empavezada. Batia pavilhão do Rei de França, e o capitão, António Escalim, trazia a boa nova da ajuda que D. António estava recrutando por lá. O povo saiu à muralha a receber os estrangeiros que davam aquele ânimo à terra. Vinham a toque de caixa, com trombetas. Os sinos repicavam; a mosquetaria dos castelos estrondeava ao longe.

A gente da Terceira sempre foi para festas. Uma Relação, escrita uns trinta anos depois do caso, diz que António Escalim foi festejado três dias. Tinha chegado numa sexta. Ao domingo enramaram as ruas, passearam o francês por elas no meio de chacotas e danças — como ainda hoje fazem, salva a diferença de estilo, aos capitães de fragata e comodoros da Terceira República. O vinho era em tornos.

Também Escalim tomara a nuvem por Juno. Não era D. António que estava em França, como êle supunha, mas o Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal. A única coisa certa era o engajamento de gente para se bater pelo bastardo. Não vinha a tempo. A notícia da derrota de D. António no Pôrto veio descoroçoar tôdas as ilhas fiéis, da Terceira até ao Corvo. Em S. Miguel, o Bispo, brigado em Angra com Ciprião de Figueiredo, que não cedia um palmo a tudo o que lhe cheirasse a espanhol (e D. Pedro de Castilho, em breve Vice-Rei de Portugal, dava pano para suspeitas...), fazia a ilha voltar atrás, do efêmero passo da aclamação de D. António, bastando para isso que aparecesse um galeão à ponta dos Mosteiros, com Ambrósio de Aguiar Coutinho governador das ilhas pelo usurpador.

Na Terceira é que semelhantes embaixadores tinham o acolhimento condigno. O galeão de Ambrósio de Aguiar, cumprida a missão em S. Miguel, fêz rumo a Angra. Levava corregedor novo, as costumadas letras de promessa e perdão. O governador mandou a terra uma pessoa de lá, o P.^o Gaspar; mas o parlamentarí foi recebido de mau modo, êle e o sé-

quito. Se o deixaram reembarcar no batel, foi para que levasse ao governador um não redondo.

O desastre dessa missão não desencorajou D. Pedro de Castilho em S. Miguel. O Bispo era teimoso, tinha pressa de chegar. Vendo que o P.^o Gaspar fizera fraca figura e tendo ali à mão outro terceirense, o P.^o Gonçalves, arcediogo da Sé, mandou-o fazer-se à vela. Levava prosa para convencer nove pessoas; mas, ali, só dois factores contavam: o povo, que, detestando o castelhano, sentia no plebeísmo do filho da Pelicana a melhor das legitimidades; e o corregedor, que, conhecendo o povo, sabia servir-se dêle.

O arcediogo foi ainda mais mal sucedido do que o outro. A embarcaçõzinha ficou debaixo da fortaleza; tiraram-lhe os remos, proibiram à tripulação todo e qualquer contacto com os traidores escondidos. Emfim, ao cabo de oito dias, lá os recambiaram ao Bispo, de mãos a abanar.

Sabidas estas coisas em Lisboa, onde as astúcias de Cristóvão de Moura e as armas de D. Fernando de Toledo tinham aberto o caminho à entrada de Filipe II, mandaram D. Pedro de Valdez com navios julgados bastantes para apoiar S. Miguel, vigiar a rota da Índia e reduzir as ilhas que ficavam da Terceira para baixo. As sete naus de guerra tocaram em Santa Maria. Era o rumo tradicional. Daí, D. Pedro de Valdez foi a S. Miguel deixar ordens e amanheceu em Angra a 5 de Julho com mais um galeão, uma caravela e um patacho.

Ao verem os fumos dos facheiros, tantos quantas as velas, os angrenses estremeeceram. O partido popular supunha-as socorro de França; os castelhanistas, sopitados, palpitavam vitória. Nem uma coisa nem outra. Era uma frotazita cujo pouco poder os de terra logo sentiram. Em vêz de tentar um desembarque, D. Pedro de Valdez caçava barcos de pescadores fora do alcance das baterias de terra, e, chamando-os à nau capitânea, espremia-os com perguntas sobre o estado dos ânimos e recursos da ilha. E, sentindo através da recusa de Ciprião de Figueiredo às propostas que mandava para terra a dureza e decisão da ilha, que a própria ronha dos pescadores filhados não devia velar completamente, ficou pairando ao largo, comunicando a furto com emissários dos ilhéus que eram por Filipe II, fugidos nos algares e criações do interior.

Em Lisboa e Madrid sabiam-se ou adivinhavam-se estes contras. Os Açores eram a chave da Índia, não convinha deixá-los na mão de rebeldes, de mais a mais aliados dos franceses, inimigos jurados de Espanha. Além disso era irritante que uns sete calhaus mal guardados, uma espécie de Berlengas, conseguissem, com um simples corregedor à frente, o que

um reino inteiro não pudera com todo o povo levantado e uma parte dos grandes a acaudilhá-lo.

Foi neste estado de espirito que se ordenou que D. Lopo de Figueroa aparelhasse para ir em socorro de Valdez. Este tinha um primo consigo, o mestre de campo D. João de Valdez, rapaz de sangue na guelra, grande cavaleiro, inquieto para se bater. Nem um nem outro estavam dispostos a repartir com um guarda-costas chegado à última hora os loiros dos loirais das ilhas.

Com medo de que o vento, de um dia para o outro, alinhasse a bordada das naus de D. Lopo à vista de Angra, D. Pedro de Valdez apertou a rede de espionagem que tinha montado em terra. Apesar de não haver «calheta, praia ou pedra», como dizia o Regimento, que não devesse ter vigias, os batéis de bordo conseguiam iludi-las, ou os do partido espanhol comprá-las. O sistema de vigilância da ilha consistia em pôr dois homens em cada lugar que mais mar descobrisse ou em sítio que comandasse os acessos de terra. Se estavam longe, faziam fogaréus; se perto, sinais de facho. Mas era mais natural que, vigiando veleiros de bloqueio, que também poderiam aproveitar dos sinais, estas vigias funcionassem como patrulhas, ligando-se estreitamente às que, à bôca das peças, tinham o arcabuz já cevado e o morrão à primeira voz.

Mas, em terra, ninguém tomava a sério uma hipótese de desembarque longe de Angra. A prova é que, apesar dos movimentos suspeitos da esquadra a leste, Ciprião de Figueiredo se limitou a fazer patrulhar a costa do Pôrto Judeu por vinte arcabuzeiros e dez piqueiros, que, se fôsse preciso, enquadrariam o povo daqueles lados.

Eram 25 de Julho; estava a rasgar a manhã. Uma brisazinha de sudoeste puxava devagar; o céu estava um pouco embaçado e abafadiço. D. Pedro de Valdez mandou saltar duzentos homens às lanchas e embarcar algumas peças pequenas, que cobrissem o primeiro avanço. A operação fazia-se a légua e meia de Angra, na Casa da Salga, suficientemente longe para retardar reforços e com espaço e abrigo bastantes para a manobra. Além disso, o campo ali era largo, de searas ceifadas, bom para estender a infantaria.

Ao cantar do galo o vigia da Ponta dos Coelhos, apesar das surriadas de bordo, deu sinal para terra. O sino de Santo António do Pôrto Judeu tocou a rebate. Mas custava a juntar aqueles lavradores espalhados por umas dúzias de fogos apenas, estendidos do mar à serra, ainda a dormir ou a ordenhar. Os poucos soldados a postos tiveram que largar as peças, deitar a correr. O Licenceado Oncel, que vinha de Angra com gente firme, ainda tentou alguma coisa. Os seus homens tinham comido uma rês, bebido uma pipa de vinho, levavam

biscoitos nas cevadeiras. Mas os espanhóis, que traziam a bordo um sujeito do Faial, para lhes ensinar a costa, tinham podido desembarcar a bom recato, tomar as primeiras trincheiras, espantar os vigias bisonhos e pouco práticos.

Traziam à frente bons capitães dos têrços, gente batida. Vinha D. João de Valdez, o instigador do desembarque; vinha D. Alvaro de Bazan e um sobrinho do Duque de Alba.

Era já dia claro quando as duas facções se chocaram: os espanhóis, reforçados com mais duzentos homens; a gente da terra, acabada de chegar da vila de S. Sebastião, que ainda é longe. Do caminho da vila à baía da Salga eram para aí três quilómetros de campina a passar à pressa, por cima dos restolhos quentes, com o inimigo dentro e em posição. Baltasar Leonardes era o capitão por D. António. A sua gente não se atrevia até à Salga, já tomada pelos mosqueteiros de D. João de Valdez, que começavam na razia. Excitados pelo fogo e pela promiscuidade de bordo, os espanhóis perdiam a medida humana, insultavam os ilhéus com dichotes e palavrões.

A quinta de Bartolomeu Lourenço, num cabeço do vale da Vila, foi das primeiras assaltadas. Os espias que desembarcavam em terra dias antes e vinham aos recados e aos frutos tinham-na marcado, levado para bordo a fama da dona da casa, que era uma perfeição de uma moça, chamada Brianda Pereira. Ao travar-se o combate entraram na quinta, levaram-lhe o marido e um filho presos. Os frescaís de trigo ainda emmedados na eira começavam a arder. Brianda, vendo-se sòzinha e cercada, com os tarequinhos pelos ares, conseguiu meter-se no meio da gente que descera da Vila com os seus arcabuzes e forquilhões, como que à espera de verdadeira razão para se bater. E, com outras raparigas destoitçadas, gente para amassar e tender duas cozeduras num dia, atirou-se para a frente a peito descoberto, comunicando aos combatentes o furor que lhe vinha do seu homem roubado, dos ditotes chulos da soldadesca à sôlta, dos seus trastes quebrados e das searas feitas chamusco.

Os bisonhos soldados da Terceira olhavam para aquele punhado de mulheres desnorteadas, mas duras, e aquela resolução corajosa e sem cálculo pegava-se-lhes. Elas não sabiam nada de patriotismo politico, da legitimidade do filho da Pelicana ou fôsse lá de quem fôsse: sabiam da casa e da eira, da lenha espalhada nos campos, das paredes esborralhadas, dos homens tirados da casa e da lavoira para irem servir fardados e beberriçar pelas tabernas. Era por isso que se batiam, com a mesma simplicidade e o mesmo arreganho com que nos lavadoiros da Vila ajustavam as suas contas por causa de mexericos e picardias. O patriotismo delas era aquele peito e o forquilhão.

Vendo-as em perigo, os defensores da terra sentiram acordar em si o soldado e mais

alguma coisa. As mulheres fizeram-se para lavar, cozer e dar de mamar aos filhos. Essa é que era a boa ética da Terceira, desde que havia ali gente, peixe fresco e vacas para ordenhar. Pegaram nas mulheres e recolheram-nas à fôrça na ermida de S. João. Ah, castelhanos!...

Até a velhada obrou prodígios de valor. Às nove horas tinham chegado as ordenanças da cidade e da Praia, os franceses da nau de António Escalim, os reforços de S. Jorge e da Graciosa; para aí seis mil homens. É verdade que os espanhóis tinham caçado a peça de artilharia com que o capitão Artur de Andrade cismara dar cabo dos têrços. Mas, ao meio dia, D. João de Valdez teve de verificar tristemente que os seus cúmplices de terra não vi-nham; continuavam a bom recato nos algares de carvão e nas criações de dentro. A sorte da batalha ia-se-lhe das mãos. Um renegado da ilha, o prático Henrique de Amores (que pelo nome não perca), disse a Valdez que ainda bem que tomara juízo e se recolhera à nau, porque, a saltar em terra, nem a alma se lhe aproveitava.

Um velho de mais de sessenta anos, Gonçalo Anes Machado, foi visto de lança em punho contra uma formação compacta de mais de cinqüenta castelhanos. Furou, destroçou, bateu, e, caído de costas, enquanto teve fôlego, agüentou. A outro, António Gonçalves, um castelhano disse as últimas. Drummond, historiador decente, mas honesto, não resistiu, nos Annaes, à fôrça do documento: «Velho (são as palavras), hoje vos hei-de fazer cabrão». Mas não fêz. Como o espanhol apontasse o arcabuz, António Gonçalves desfechou-lhe o seu, desabafando que, depois de velho e sua mulher velha, o não haviam de enxovalhar.

Mas era mais de meio dia e o resultado da acção estava fusco. Os espanhóis, embora fôssem menos, tinham mais ordem e arranque no combate. Foi então que um frade dos agostinhos de Angra meteu o cavalo ao campo de batalha, e, de espada nua, aconselhou a Ciprião de Figueiredo um expediente tão novo em estratégia como o quadrado em Aljubar-rola ou os carros blindados no Mosa. A ilha sempre teve uma grande densidade pecuária; quási de quilómetro em quilómetro estende-se um bebedeiro e ouvem-se berrar as manadas de focinho alto e molhado. O corregedor mandou vir o gado bravo que pôde e, metendo-o à frente, em chocalhada, a cobrir os mosqueteiros, empurrou a onda de castelhanos para as lanchas. Entre os cornos dos toiros picados pelos pastores e a borda de água, os fugitivos molhavam-se até à cintura, e ou conseguiam deitar a mão aos batéis ou se afogavam. Os soldados da ilha consumavam sem dó nem piedade a obra dos curros castiços...

Mandando os cadáveres para a vala numa traseada de carros como quem recolhe trigo, Ciprião de Figueiredo entrou triunfante na Vila arrastando na terraceira do Arrabalde as tôrres e leões dos estandartes.

UMA CURIOSA REFERÊNCIA ICONOGRÁFICA AOS TEMPOS DE OURIQUE

Existe em Beja, em uma casa senhorial, velho solar dos Maldonados, um interessante documentário cuja revelação é da mais justificada oportunidade.

Nesta quadra comemorativa da Fundação da Nacionalidade, que atravessamos, nunca será descabido, seja o que fôr que, de algum modo, possa ilustrar factos históricos comprovados, ou firmar tradições lendárias que lhe respeitem.

E tanto menos quanto os elementos que nos pareceu interessante revelar, não obstante discutíveis nas suas fidelidade histórica e pureza expressiva, nem por isso deixam de ter significação especial, pela sua intenção como pela sua localização.

No que resta da passada magnificência daquela construção, tão característica da sua época, pouco se encontra já, interiormente, que possa testemunhá-la, muito embora, pormenores do seu aspecto exterior nos permitam, ainda, conjecturar o que ela poderia ter sido.

Nesse pouco que, interiormente, ainda deva merecer atenção, se notam três tectos em forma de masseira, decorados com juntas apaineladas, destacando-se, dentre êles, como melhor, pela concepção dos seus quadros, como pela maior perfeição da execução respectiva, aquêle de que nos vamos ocupar.

Encontra-se êle em um pequeno compartimento de 4^m × 5^m, aproximadamente, conhecido por «sala do milagre». Deriva essa denominação do facto, a que deve o seu especial realce, de representar, no fundo da masseira, a discutida aparição milagrosa de Ourique.

No primeiro plano, um pouco à direita, vê-se a figura de D. Afonso Henriques, revestido de armadura, descoberto e ajoelhado. Contempla, em êxtase, uma imagem do «Cruificado» que no alto e à esquerda se ostenta em aparição mística, num halo de luz radiosa e rodeado de grossas nuvens de que emergem formosas cabeças de anjos.

No chão, junto da figura principal, o escudo e o elmo emplumado e à esquerda, na sua frente, a entrada de uma tenda de campanha.

Sôbre uma mesa coberta, junto à entrada da tenda, vê-se o livro em que o Fundador se entregou a leituras heróicas, na vigília da batalha, e por detraz, uma cadeira revestida de vermelho.

Forma o fundo do quadro, à direita uma pequena capela junto da qual um eremita tange o sino que teria dado o sinal convencionado para o Fundador ir receber a revelação, antes de se empenhar na batalha que o esperava.

Concretiza, com apreciável fidelidade, êste quadro, sem dúvida o de primacial importância do grupo, todos os pormenores dessa interessante tradição medieval, ainda hoje motivo de irreduzível controvérsia.

Os restantes, que formam as faces laterais e as cabeceiras da disposição já mencionada, expõem-nos as representações seguintes:

No painel da direita fere-se rija peleja, em campo raso, vendo-se, no primeiro plano, à esquerda e ao centro, as fôrças cristãs. De bandeiras desfraldadas ao vento levam de vencida as hostes islâmicas que se escoam, perseguidas, pela direita do quadro, realçando-se, ao fundo, na linha do horizonte, as tôrres duma construção fortificada.

Que batalha se pretendeu aqui representar?

A de Ourique?

Aquela em que o «Lidador» perdeu a vida, em combate com os mouros, a par de Beja?

Não é fácil a opção por qualquer das hipóteses.

Milita, a favor da primeira, a circunstância da fortaleza do fundo nada ter de semelhante com a fortificação de Beja.

Por outro lado, entretanto, o facto de se verem já nas bandeiras as quinas heráldicas, faz lembrar que a acção deveria ser posterior à batalha de Ourique visto que, só depois dela parece ter vindo aquele pormenor armorial substituir a Cruz azul inicial.

Contradizem-se pois os significados daqueles dois índices. A despreocupação histórica, porém, com que as quinas, anacronicamente, são apresentadas, nas bandeiras, rodeadas de castelos sôbre fundo vermelho, prejudicam, de certo modo, o valor elucidativo que, a qualquer deles, deva atribuir-se.

E assim teremos de nos ater ao mais provável, referindo a acção ao assunto predominante do conjunto, supondo-a como tal, representativa da batalha de Ourique.

No painel do lado esquerdo do observador, pretendeu-se representar uma das tomadas de Beja.

Realizou-o porém o artista por tal forma, cheio de incorrecções anacrónicas, históricas e até corográficas que nos dispensamos de lhe fazer maior referência.

Restam-nos agora os painéis das cabeceiras.

Ambos se nos apresentam melhor delineadas do que os laterais, figurando-se, em cada um dêles, uma espécie de pavilhão de cuidada arquitectura.

Abrindo-se em pórtico, ladeados por duas colunas espiraladas, por banda, rematam no alto em decorativo frontão, ornado com o escudo nacional, na mesma feição anacrónica já anteriormente citada.

Aos lados de cada um, pequenos medalhões contêm legendas indicativas dos assuntos respectivos.



QUADRO SOBRE A APARIÇÃO DE OURIQUE, NO TECTO DUMA SALA DO
SOLAR DOS MALDONADOS, EM BEJA

No painel correspondente à cabeceira do quadro do milagre, vê-se, sob docel, uma figura real, revestida dos atributos da sua dignidade.

De aspecto grave, apoia a mão direita em livro, provavelmente os Evangelhos, deitado sobre uma mesa coberta, a cada um dos lados da qual se destaca um prelado mitrado empunhando o báculo.

Nas medalhas laterais se diz tratar-se do discutido juramento de Afonso Henriques.

No quadro oposto, finalmente, se representam o Fundador e sua esposa D. Mafalda, como que assentes no trono, vendo-se nos medalhões respectivos essa atribuição, mas dando-se à rainha a filiação de D. Henrique, Conde de Lara, pormenor divergente do que a tal respeito geralmente se regista.

Dos cinco painéis apresentados nos parece poder dizer-se que, sendo de relativo mérito artístico, apenas o da aparição como o do juramento correspondem, com exactidão, às tradições lendárias que representam.

Nos restantes se observam incorrecções e infidelidades por tal forma inadmissíveis, que bem testemunham a fraca cultura de quem os concebeu ou realizou.

Forma o grupo, entretanto, um apreciável conjunto decorativo, regularmente conservado e bem emoldurado, não sendo contudo o propósito estético de apresentá-lo o motivo especial da nossa revelação.

Não advem êle, mesmo, da oportunidade de coexistência dos assuntos que nêles se tratam com os objectivos das consagrações decorrentes.

Ao citá-lo, além daquelas determinantes que já seriam de considerar, anima-nos a intenção especial de tornar público mais um documento justificativo de que a tradição da localização da batalha, hoje oficialmente sancionada, não foi forjada *ad hoc*.

Veio ela, desde sempre, na crença das pessoas da respectiva província, como no culto das suas *élites*, seculares ou religiosas que, patrioticamente, a perpetuaram na decoração dos seus solares como da mais notável igreja daquela região de tão assinalado relêvo histórico.

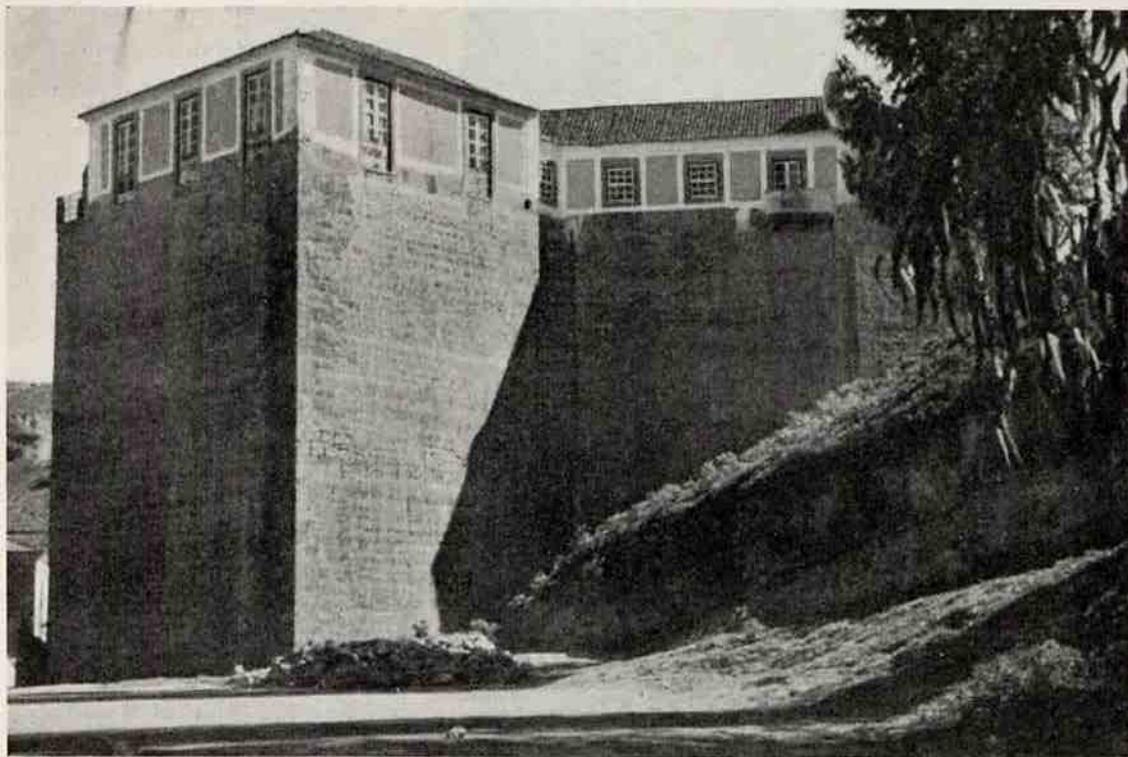
A pormenorização intencional daquêle tecto e o assunto dos belos azulejos, da mesma época, da matriz de Castro Verde, completam-se na sua eloquência reivindicadora da tradição que inadvertidas aspirações pretenderam deslocar.

Assim se oferece mais um elemento de apoio em prol da tese que tão viva discussão originou, na própria capital da província em que a verificação dêsse culto histórico não deve considerar-se indiferente.

E se êsse elemento não pode, só por si, ter-se como conclusivo, nem por isso se deve negar-lhe o valor proveniente da categoria do meio em que se realizou e, sobretudo, da intenção naturalmente despreocupada de propósitos reivindicadores, naquêle tempo em que ninguém pensava em disputar a localização do importante facto histórico.

A L E N Q U E R

Quando um povo olha para o seu passado e vê oito séculos decorridos através do tempo cheios de bravura e de valor atingindo — quantas vezes? — proporções gigantescas quais nunca outro pôde atingir; ha-de reconhecer, certamente, que lendas se devem ter criado muitas vezes em torno de muitos factos. É a tradição com o seu espírito de fantasia



TORRE DA COURAÇA MAIS CONHECIDA POR CASA DA TORRE

procurando explicar fenómenos cuja origem e modo como se passaram não são conhecidos, é a falta de história feita serena e documentadamente, é a força dinamizadora do espírito popular a pretender explicar á sua própria consciência aquilo que não lhe é ensinado com uma explicação sábia e clara capaz de a convencer.

O monumento da História de uma nação como é a Portuguesa, não pode, á luz da nossa civilização, dos nossos conhecimentos científicos e do nosso prestígio manter-se assente em lendas mais ou menos fabulosas, em concepções feitas de ideas subjectivas mas, ao contrário, deve assentar naquêles alicerces indestructíveis da verdade histórica.

verdade documentada e comprovada, que não deixa seja a quem fôr a dúvida dos factos que relata e do direito indestructível dum Império nascido dum pequeno núcleo populacional, mas que, graças ao seu valor, graças ao seu saber e graças ao seu temperamento conseguiu através de tôdas as vicissitudes firmar a sua posição e depois abrir ao mundo as portas do próprio mundo, deixando-o admirado e atônito ante os horizontes novos que se lhe deparavam e as riquezas económicas que se abriam deante dos olhos extasiados da humanidade.



ARCO DA CONCEIÇÃO

um da nossa existência e um dos mais notáveis para tôda a humanidade, pois que, se o mundo é conhecido, foi daqui, da barra dêste rio Tejo, um dos mais belos existêntes, que saíram os navegadores não só audaciosos, mas também consciêntes para vencer o gigante Adamastor, cruzar os oceanos, e levar aos quatro cantos do mundo a civilização ocidental sob a protecção da bandeira das quinas e da Cruz de Cristo;

Cada canto da nossa terra tem a sua história. Cada localidade, cada vila, cada aldeia, tem a sua vida. É, pois, do conjunto dos estudos dessas vidas, que resulta finalmente a História de Portugal.

São as monografias locais que nos dão os factos passados em cada local e o conhecimento daquêles que nesses factos tiveram intervenção. É do conjunto das monografias locais que, estudadas sinteticamente, concluiremos a História Pátria. Essas monografias são a análise histórica; a história geral da nacionalidade é a síntese dêsses estudos.

Celebraram-se nêste ano de 1940 dois centenários notáveis da nossa Pátria:

O da fundação da nacionalidade — marco miliário número

— marco miliário número

O da independência, confirmando o valor da raça e levantando de novo, ao alto, o nome de Portugal.

Bem haja o Estado que comemorou êsses centenários condignamente e pena é que essa convulsão que martiriza a humanidade não tenha permitido ser tão grande, quanto estava no espírito dos homens de Estado que felizmente nos governam, o brilho internacional dessas celebrações.

Do programa elaborado consta a publicação de monografias locais e a reunião de congressos históricos. Simultaneamente a Academia Nacional de História começa a publicar a documentação histórica de Portugal do século XII. Começa-se, na verdade, o grande trabalho constructivo da História de Portugal.

Aqui, a menos de dez léguas de Lisboa, existe uma vila e um concelho cujo passado se reveste de glória tal que a qualquer estudioso da história que a visite se pode perguntar: que querêr vêr?

Desde os Eolitos de Ota até às civilizações odiernas, de tudo ali se encontra. Local privilegiado pela sua situação geográfica, duma beleza natural enorme, com panoramas magníficos e uma população acolhedora, a velha Jerabrica dos Romanos não podia ficar indiferente à grandiosidade dos factos que se comemoram.

Assim, as suas ruínas evocativas da fundação da nacionalidade vão ser restauradas. O arco da Conceição, por onde D. Afonso Henriques entrou quando da tomada da vila e que ainda ostenta restos de frescos pintados na sua volta, vai ser desobstruído, ficando a vêr-se na sua sobriedade hercúlea justificativa do longo cêrco que o nosso primeiro Rei teve de manter à vila e que por fim foi por êle próprio comandado.

A célebre casa da Tôrre — Tôrre da Couraça — sôbre a qual o mau gôsto utilitarista do século passado foi construir uma casita em substituição do seu terraço ameiado, vai ser também restituída à sua forma primitiva.

O túmulo de Damião de Góes, o cronista célebre de D. Manuel e guarda mór da Tôrre do Tombo, vai ter condigno destino.

Muito desejaria o Município daquela localidade fazer dar cumprimento à disposição testamentária do infeliz Prior do Crato, D. António, dando-lhe guarida na Igreja de S. Francisco.

Finalmente, o município de Alenquer vai fazer a publicação do segundo volume da monografia «Alenquer — subsídio para a sua História», cujo primeiro volume a mesma Câmara publicou em 1936.

O concelho de Alenquer oferece ao estudioso as mais amplas possibilidades de estudo:

Desde a pré-história — de que possui um cultor devotado, o Ex.^{mo} Senhor Hipólito da Costa Cabaça, possuidor de um magnífico museu — passando pela architectura de tôdas as épocas até aos factos épicos, aos homens ilustres e às obras de arte.

Alenquer concorrerá assim, dentro das suas possibilidades, para as comemorações centenárias da nação mais velha do mundo.

A ESPANHA NAS COMEMO RAÇÕES CENTENÁRIAS

(RECORDAÇÕES PORTUGUESAS)



CRISTOVÃO DE MORAIS—D. SEBASTIÃO, REI DE PORTUGAL

(Tela A. 1,58 x L. 1,00. Existente no Mosteiro de «las Descalzas Reales», de Madrid)

CASTELOS DE PORTUGAL

TÔRRE DE UCANHA E CASTELO DE PENEDONO

É quási inexgotável a lista dos monumentos de arquitectura militar, tantos são os que se encontram espalhados de norte a sul do continente e em possessões de além-mar.



TÔRRE E PONTE DE UCANHA

Valiosos subsídios nos fornecem estes gloriosos padrões para o estudo e evolução da arquitectura e da fortificação militar em Portugal e preciosos elementos oferecem aos historiadores e até aos próprios etnógrafos.

Sôbre a tôrre de Ucanha, a que vamos fazer breves referências, dela se ocuparam

vários estudiosos investigadores como o falecido P.^o Vasco Moreira, abade de S. João de Tarouca e o douto mestre Dr. Leite de Vasconcelos.

Esta interessante e formosa tôrre, exemplar único em Portugal, é de base quadrada, com ameias singelas e «machicoulis».

Este monumento é de sólida construção e encontra-se em regular estado de conservação devido às obras de restauro que recebeu nestes últimos anos.

À tôrre une-se uma ponte que dizem ter sido construída por Egas Monis ou então por D. Fernando, abade do convento de Salzedas.

A tôrre, de construção posterior, data do século XIV, e foi restaurada pelo citado abade Vasco Moreira em 1472.

Segundo o Dr. Leite de Vasconcelos, a «Ucanha originou-se, com o nome de Cucanha, conservado até ao século XVII, de um aforamento colectivo, feito pelo mosteiro de Salzedas, por volta do século XIII, de um terreno destinado a cultura, dentro do couto monástico, onde a pouco e pouco se levantaram habitações. Aos frades se deve também a construção da ponte e da tôrre: na ponte existem ainda restos de uma inscrição do século XV em que se lêem a data e o nome do abade (D. Fernando) autor, se não restaurador da obra».

Tem esta tôrre, medida pela parte interna, 7,^m5 de comprimento, e o mesmo de largura e 9 metros de altura, e pelo exterior 8,^m5 de comprimento e o mesmo de largura.

De altura para o N. tem 18 metros; para o sul, 13,^m5 e para E. 13 metros.

Penedono é uma antiqüíssima povoação a quem D. Sancho deu foral em 1195, confirmado por D. Afonso II, em Trancoso em 1217.

D. Manuel conferiu-lhe foral novo a 27 de Novembro de 1512.

O seu velho e muito antigo castelo estava em grande estado de ruína, só mantendo em regular estado uma tôrre, que foi aproveitada para nela ser colocado o relógio da vila.

Felizmente recebeu, êste ano, um subsídio para obras, que decerto permitirão salvar este monumento de maior ruína.

O castelo de Penedono deve ser de construção anterior à fundação da nacionalidade, pois que em 960, era êste castelo e muitos outros propriedade de D. Flamula, como se pode ver do seu testamento feito naquele ano. (L.^o 1 de D. Mumadona, de Guimarães, fls. 7).

Foi seu alcaide mór Pedro Alvares Cabral de Lacerda, descendente de D. Fernando Afonso Correia, senhor de Farelâis e de Valadares.

De Penedono era natural o marechal Gonçalo Vaz Coutinho, pai de Alvaro Coutinho,

o Magriço, um dos célebres doze cavaleiros portugueses que segundo a tradição foram à Inglaterra, no reinado de D. João I, para desagrar as damas britânicas das humilhações que lhes haviam infligido alguns nobres seus compatriotas.

Este belo episódio serviu a Camões de tema para algumas admiráveis estâncias dos *Luziadas*.



CASTELO DE PENEDONO

Como disse, estes dois monumentos históricos foram contemplados com verbas, que não permitirão certamente uma completa reconstrução, especialmente, o de Penedono, pelo grande estado de ruína em que se encontrava.

Mas tais subsídios concorrerão para os reparar e manter, por mais alguns anos, competindo às autoridades locais e aos habitantes cultos da região, olhar com carinho para tão evocativos padrões das nossas glórias e defendê-los da ignorância e da maldade dos homens.

BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

Estão terminadas as festas comemorativas dos centenários da *Fundação* e da *Restauroação* de Portugal, que correram com o maior brilho e beleza.

Durante êste curto período em que celebrámos dois dos mais importantes acontecimentos da nossa gloriosa História, o país inteiro pôde viver horas inesquecíveis. E desde a *exposição de Belém*, onde os olhos de todos puderam seguir sem esforço os vários passos da História magnífica de Portugal, até às festas provinciais, onde se homenagearam os nossos grandes Reis, os nossos descobridores, os nossos guerreiros e os nossos cientistas; desde o espectáculo surpreendente do *Te-Deum* nos Jerónimos, onde se evocaram as grandezas do Portugal dos nossos Maiores e as festas religiosas na velha Sé de Lisboa, onde se iniciaram e se finalizaram com a grandiosa pompa do ritual Joanino as festas centenárias, até à inauguração do S. Carlos, onde se relembrou uma época brilhantíssima para a nossa arte musical e dramática, tudo foram espectáculos de grande beleza que ficarão a marcar uma das mais importantes épocas da nossa vida multi-secular.

Mas o Estado não quis que as comemorações centenárias se restringissem às festas que passam, ainda que deixando na memória dos que a elas assistiram uma inapagável recordação. E do incitamento e iniciativa dos organismos públicos e ainda da actividade isolada dos particulares constituiu-se um aglomerado magnífico de obras de alto valor que vão ficar como subsídio precioso para a realização da *História de Portugal* que ainda não possuímos e como padrão comemorativo e imorredoiro das festas de 1940.

Podemo-nos assim bem orgulhar da época que estamos vivendo, onde o desejo construtivo é de tal grandeza que num curto período de alguns meses, se pôde dar à estampa um número imenso de trabalhos de grande importância para a nossa cultura.

Dada a extensão dessa *bibliografia* de valor diferente mas animada por uma orientação comum — a de bem servir, não pretendemos, ainda que o desejássemos, que esta resenha seja completa. Que os autores que a nossa memória não reteve nos perdoem as faltas que certamente vamos cometer é o que desejamos, pois a dificuldade da tarefa explica bem essas possíveis omissões.

I — ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA — Esta instituição cultural, ressurreição fe-

liz e oportuníssima da velha Academia de D. João V, estabeleceu para as comemorações centenárias um plano de trabalhos verdadeiramente grandioso que tem cumprido fielmente, excedendo até o projecto inicial. Foram até agora distribuídos seis grossos volumes de documentos, mas já se encontram compostos muitos outros, prestes a serem dados à estampa. Assim, encontram-se publicados:

— *O manuscrito «Valentim Fernandes»* — leitura e revisão das provas por António Baião.

— *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador de França* — vol. I (o vol. II desta obra está a sair) — publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho.

— *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV* — vol. I — publicadas pelo mesmo académico.

— *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI* — vol. II — publicadas pelo mesmo.

— *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI* — vol. III — publicadas pelo mesmo.

— *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino* — publicadas e prefaciadas pelo mesmo.

Estão a sair:

— *As Inquirições* por António Baião;

— *A organização militar*;

— *A guerra de movimento e*

— *As operações de sítio — Cérco de Lisboa em 1147* — por A. B. da Costa Veiga;

— *Morabitinos portugueses* — por Pedro Batalha Reis;

— *A política externa de Afonso Henriques* — pelo Conde de Tovar;

— *A cultura do clero português no século XII*, pelo P.^o Domingos Mauricio Gomes dos Santos, S. J.;

— *A crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa*, por Afonso de Dornelas;

— *D. João IV e a Inquisição* — por António Baião.

— *A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal de 1640* — pelo P.^o Francisco Rodrigues, S. J.;

— *Os Jesuitas do Brasil na Restauração de Portugal*, pelo P.^o Serafim Leite, S. J.;

- *As negociações para o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra* — por Caetano Beirão ;
 - *Batalha das linhas de Elvas,*
 - *Batalha do Ameixial e*
 - *Batalha de Montes Claros,* por A. B. da Costa Veiga.
 - *A origem do poder Real e as côrtes de 1641* — por João Ameal.
 - *A Restauração do Brasil e*
 - *As relações entre Portugal e a Suécia no tempo da Restauração* — por Durval Pires de Lima.
 - *A rendição das guarnições castelhanas em 1640,*
 - *A organização e a tática dos exércitos da aclamação,*
 - *André de Albuquerque e*
 - *Pedro Jaques de Magalhães, 1.º Visconde de Fonte Arcada,* por Gastão de Melo de Matos ;
 - *Numária de El-Rei D. António,* por Pedro Batalha Reis ;
 - *Iconografia relativa à guerra da Restauração,* por Henrique Ferreira Lima ;
 - *O sentimento nacional na Fundação e Restauração de Portugal e*
 - *Livraria de música de El-Rei D. João IV,* por Mário de Sampaio Ribeiro ;
 - *José Pinto Pereira, Vedor da Fazenda e Conselheiro Ultramarino de El-Rei D. João IV,* por Charles Ralph Boxer ;
 - *Os factos externos da Restauração* — por Rodrigues Cavalheiro de colaboração com Luiz Vieira de Castro ;
 - *A revolução de 1640,* por Rodrigues Cavalheiro de colaboração com Luiz Pastor de Macêdo ;
 - *O Diário de Cristóvão Soares de Abreu,*
 - *A Fronde vista por um diplomata da Restauração,*
 - *D. João IV e os Príncipes Palatinos,*
 - *As cartas de D. João IV para o Conde de Soure e*
 - *Uma filha de D. João IV: Soror Maria da Cruz,* por Rodrigues Cavalheiro ;
 - *Os forais medievais de Guimarães* — texto, introdução e comentário filosófico e histórico por Alfredo Pimenta.
 - *Gente das ilhas nas guerras da Restauração,* por Cabral do Nascimento.
- E finalmente os meus trabalhos :

— *A acção diplomática de Portugal no Congresso da Vestfália e*

— *Documentos da Restauração — Cartas trocadas entre o Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima e D. João IV, D. Teodósio e D. Luiza de Gusmão.*

II — ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA — publicou o

— *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* dirigido pelo Prof. Rebêlo Gonçalves.

Esta douta Academia imprimiu também, durante êste ano, vinte e quatro folhas do *Grande dicionário etimológico e histórico da língua portuguesa*, tencionando dar a lume durante o ano de 1941, a *Gramática portuguesa*; o volume da *Bibliografia geral portuguesa* em elaboração, que incluye os incunábulo e os livro impressos no século XVI; e o I tomo da edição crítica das *Obras de Pedro Nunes*, a sair brevemente.

III — ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES — publicou em magnífica edição:

— *Os primitivos portugueses (1450-1550)* com uma introdução: «Um século de pintura» por Reinaldo dos Santos.

Ao fazermos referência a esta obra, fruto da exposição dos primitivos que se levou a efeito, vem-nos imediatamente à memória o nome de José de Figueiredo que tornou possível tão importante trabalho.

IV — AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS — É magnífica a obra levada a efeito por esta instituição do Estado durante o período das comemorações e ficamo-la devendo à actividade e inteligência de Júlio Caiola e aos seus ilustres colaboradores no número dos quais se contou a figura eminente do com.^{te} Fontoura da Costa que a morte levou logo após a publicação de mais duma duzia de volumes onde êle pôs à prova as suas extraordinárias qualidades de investigador e o seu grande saber.

Eis a obra da Agência:

1.º ciclo:

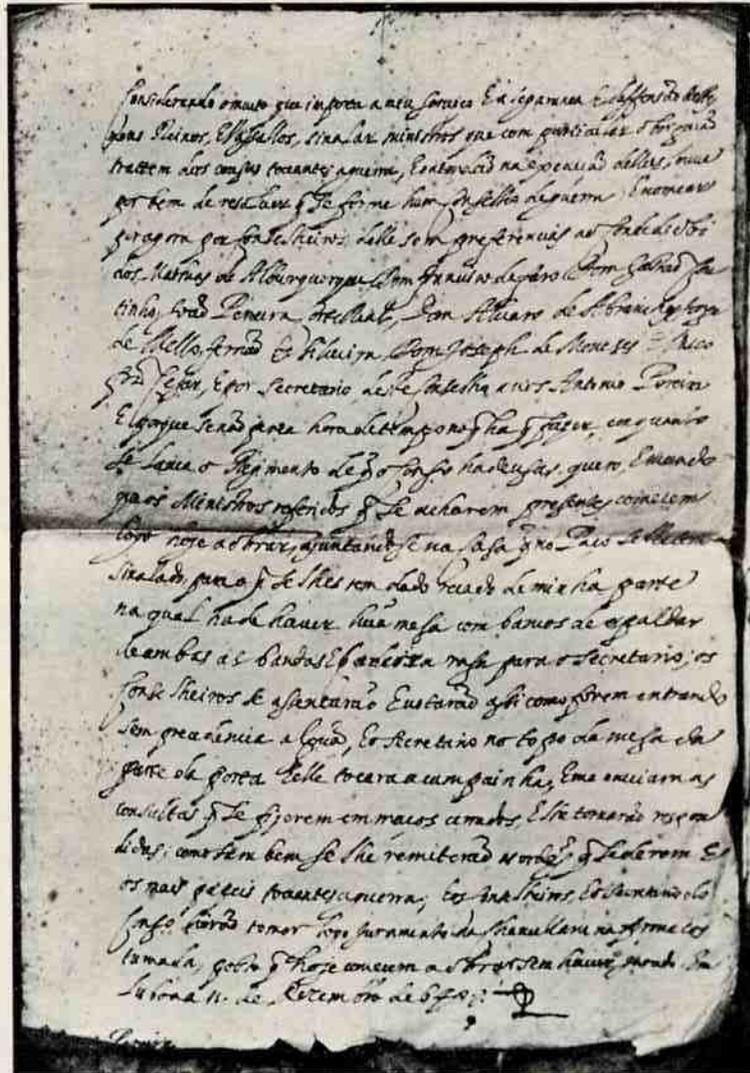
— *Roteiros de D. João de Castro*, I, II e Tavoas e III e Tavoas — Com.^{te} Fontoura;

- *Uma carta nautica «circa»* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Marinharia dos Descobrimentos* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Tratado da Sphaera* — Com.^{te} Fontoura ;
- *P.^o António Vieira — Antologia* — II e III vols. — Hernani Cidade ;
- *Relação verdadeira — Flórida* — Perry Vidal ;
- *Roteiro dos portugueses* — inédito—Com.^{te} Fontoura ;
- *Nuno Alvares Botelho* — Botelho de Sousa ;
- *Roteiro da navegação e carreira da Índia* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Cartas das Ilhas de Cabo Verde* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Pero Coelho de Sousa* — Gustavo Barroso ;
- *Luiz Barbalho* — Bernardino José de Sousa ;
- *Martim Soares Moreno* — Afrânio Peixoto ;
- *D. Marcos Teixeira* — Wanderley Pinho ;
- *Manuel Cerveira Pereira* — Gastão de Sousa Dias ;
- *Francisco Barreto* — Pedro Calmon ;
- *Rui Freire de Andrade* — Gervasio Leite ;
- *Prática da Arte de navegar* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Roteiro da África do Sul e Sueste* — Com.^{te} Fontoura.

2.^o ciclo:

- *P.^o António Vieira* — I e IV vols. — Hernani Cidade ;
- *Roteiro da 1.^a viagem de Vasco da Gama* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Bibliografia náutica portuguesa* — Com.^{te} Fontoura ;
- *A arte de navegar de Bruno* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Os sete únicos documentos de 1500* — Com.^{te} Fontoura e António Baião.
- *Subsídios para a história das guerras no mar e no além-mar* — I e II vols. — Botelho de Sousa.
- *Angola — apontamentos sôbre a colonização do planalto* — I e II vols. — Gastão de Sousa Dias.
- *O Padroado português do Oriente* — P.^o Silva Rego ;
- *Livro da Marinharia* — Com.^{te} Fontoura ;
- *Vida de D. João de Castro* — Freire de Andrade ;

- Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrade — Gervásio Leite ;
- O período da Restauração na Índia — Botelho de Sousa ;
- Henrique Dias — Frazão de Vasconcelos ;



1640 — CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE GUERRA

- Nuno Alvares Botelho — Botelho de Sousa ;
- Salvador Correia de Sá e Benevides — Ribeiro Lessa ;
- O Beato João de Brito — I e II vols. Perry Vidal ;

- *Senhora de Pangim* — Gustavo Barroso ;
- *Luiz Figueira* — Serafim Leite ;
- *Albums das viagens de S. Ex.^a o Presidente da República a Africa* — 5 vols ;
- *Mensagem de Fernando Pessoa* ;
- *História das guerras angolanas* — I e II vols.

IV — SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — É pequena e modesta a sua contribuição pois a velha e gloriosa instituição é pobre não tendo podido assim dar com o brilho que desejava a sua participação nas comemorações. Publicou os seguintes trabalhos:

- *A Restauração na Índia* por Ferreira Martins (a sair) e um trabalho meu, intitulado:
- *A Restauração e as colónias portuguesas.*

V — SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — Um album folclórico e etnográfico, intitulado — *Vida e Arte do Povo Português* ;

- Album de imagens das realizações do Estado Novo, intitulado: *Portugal-1940* ;
- *Itinéraire historique du Portugal* — por Virginia de Castro e Almeida ;
- *Paisagens e monumentos Portugueses*
- e com a *Agência Geral das Colónias* apresentará um volume de história intitulado: *A Restauração e o Império Colonial Português.*

VI — Ao CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS e ao CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, afluiram grande número de valiosas comunicações que constituirão alguns volumes, a sair brevemente. Entre todos os estudos apresentados seja-me permitido destacar o magnífico trabalho do grande historiador, P.^o Francisco Rodrigues S. J. que veio esclarecer completamente o problema intrincado da autoria da *Arte de Furtar*. Até aqui a paternidade desta obra era atribuída a cinco autores diferentes, vindo-se agora a provar cabalmente o infundado de tôdas as afirmações produzidas, pois o seu autor é afinal um desconhecido e modesto jesuíta em quem ninguém até aqui tinha falado.

VII — Quanto aos trabalhos de iniciativa particular e outros, foi grande também o seu número:

— O Prof. Lopes de Almeida, actual Sub-Secretário da Educação Nacional e Académico da Academia Portuguesa da História, publicou a sua tese de concurso ao lugar de Professor catedrático da Universidade de Coimbra, sôbre o movimento da Restauração: *Notícias da aclamação e de outros sucessos*, e com Cesar Pegado deu à estampa: *Livro 2.º do Registo das cartas dos governadores das Armas (1653-1657)*, e dentro de breve também dará a conhecer a *Crónica de D. João IV* de Fr. Rafael de Jesus (2.ª parte), já composta.

Lopes de Almeida igualmente editou alguns folhetos raros sôbre o movimento da Restauração.

— Alfredo Pimenta, a par da sua colaboração nos trabalhos da *Academia da História* e em números de revistas comemorativas dos centenários, publicou mais:

— *Documentos para a História de Idanha-a-Velha*; colaborou num trabalho intitulado: *Guimarães — A Fundação e a Restauração de Portugal*, com Alfredo Guimarães; *O nome de Afonso Henriques nos documentos medievais*; *Onde nasceu Portugal*; *A data do combate de Val-de-Vez*; *A façanha de Martim Moniz*.

— Júlio Dantas que com tanto brilho dirigiu as festas oficiais de 1940, imprimiu o seu *Discurso inaugural das comemorações nacionais*.

— O *Instituto de Coimbra* publicou 3 volumes comemorativos da Fundação e da Restauração com magnífica colaboração;

— A revista *Brotéria* dedicou o seu número de Dezembro de 1940 às comemorações, com alguns artigos de valor.

— O P.º Miguel de Oliveira deu-nos um resumo da *História Eclesiástica de Portugal*.

— Falcão Machado publicou: *A Restauração em Setúbal*;

— Durval Pires de Lima deu à estampa: *Carta que escreveu El-Rei D. João IV em nome de seu pai o Duque D. Teodósio*;

— A *Biblioteca Nacional de Lisboa* publicou o 1.º volume dum catálogo da sua exposição de livros e docs. da Restauração, que foi elaborado por Ataíde e Melo, Carlota Gil Pereira e Durval Pires de Lima;

— A *Assembleia Nacional* publicou um outro catálogo: o das *Côrtes Gerais* organizado por Alvaro Neves;

— Do Extremo-Oriente: vieram-nos vários trabalhos: *Breve Relação da Vida e feitos de Lopo e Inácio Sarmiento de Carvalho, grandes capitães que no século XVII honraram Portugal no Oriente* pelo Major C. R. Boxer; *A gruta de Camões* por Wenceslau de Moraes; P. Manuel Teixeira — *Camões em Macau* (contribuição para o estudo do problema); *Portugal no Extremo-Oriente* (discurso pronunciado pelo Governador Tamagnini Barbosa em 2 de Junho de 1940 no salão nobre do Leal Senado.); C. R. Boxer — *The Embassy of Captain Gonçalo de Siqueira de Sousa to Japan in 1644-7.*

— António Cruz, escreveu um livro a que deu o título de *Portugal Restaurado*;

— João Ameal deu à estampa a sua *História de Portugal*, contribuição magnífica pela orientação nela seguida e forma da sua realização;

— Do Brasil veio-nos a 1.ª edição do *Tácito Português* de D. Francisco Manuel de Melo, com introdução, informação e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon;

— Afrânio também nos deu uma *História do Brasil*, e um drama histórico — *1640.*

— A delegação executiva do Brasil, às comemorações centenárias, editou, em 2.ª edição, o livro do Conde de Campo Belo — *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*;

— O ilustre investigador brasileiro, Comandante Eugénio de Castro escreveu um erudito estudo crítico na 2.ª edição do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)* agora publicada;

— e ainda do Brasil nos veio, a 2.ª edição da *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI* de José da Silva Lisboa;

— Foi publicado o 1.º volume d'*A Nobreza na Restauração de Portugal — Documentação inédita de seus feitos*, constituído por estudos assinados pelo Marquês de Rio Maior, Conde de Azinhaga, Conde dos Arcos, Conde de Povolide, António Cabreira, Visconde do Botelho, Gen. Lacerda Machado.

— Também o actual Conde de Almada escreveu um trabalho sobre um dos seus ascendentes: *Dom Antão Dalmada.*

— José Cassiano Neves deu à estampa uma monografia sobre os *Jardins e Palácio dos Marquêses de Fronteira.*

— O jornal «O Século» editou dois volumes comemorativos.

— A revista *Gil Vicente* de Guimarães publicou um número especial, assim como o *Comércio do Porto* e *Diário da Manhã.*

— Gustavo de Matos Sequeira escreveu o seu *Afonso Henriques — alegoria dramá-*

tica em verso em um acto e três quadros para ser representada no Castelo de S. Jorge de Lisboa na noite de 9 de Julho de 1940.

— Rui Coelho compôs uma ópera — *D João IV*, que foi cantada em S. Carlos, com libreto de Silva Tavares ;

— A *Revista de Guimarães*, publicou um número especial colaborado por: Pedro Victorino, P.^o Miguel de Oliveira, Alberto Feio, Rocha Madahil, Claudio Basto, Magalhães Basto, Hernani Cidade, Mário Cardozo, Lopes de Carvalho, Joaquim de Carvalho, Vieira Braga, Gastão de Melo de Matos, Ernesto Soares, Belisário Pimenta, Luiz Pinto Garcia ;

— Joaquim Costa deu-nos uma nova e magnifica edição do *Livro da virtuosa bemfeitoria*.

— Gastão de Melo de Matos escreveu: *Um processo político da Restauração; Notas sôbre Santo António Militar; Bandeiras militares do século XVII e a bandeira da aclamação; Antes morrer reinando que acabar servindo; Os têrços de Entre Douro e Minho na guerra de Aclamação; Vinte anos de batalhas* além de sua colaboração nos trabalhos da Academia Portuguesa da História ;

— O cónego Correia Pinto imprimiu a sua alocução no *Te-Deum* realizado no Pôrto: — *Pátria Antiga*.

— Francisco C. de A. Pinto de Melo e Leme deu à estampa: *Uma figura da Restauração* — «*D. Felipa de Vilhena*» — *Notas históricas e genealógicas*.

— O *Instituto de Cultura Italiana* de Lisboa publicou valiosos documentos, sôbre a Restauração, apresentados por Lopes de Almeida no 2.^o volume dos seus *Estudos*;

— O *Instituto francês* de Lisboa de colaboração com o nosso *Instituto para a Alta Cultura* financiou uma obra de alta importância: *Les portugais et l'Afrique du Nord de 1521 a 1567* — *extraits des annales de Jean III* — tradução francesa e comentários do Prof. Robert Ricard ;

— De Espanha, por intermédio do seu Ministério dos Estrangeiros, enviaram-nos em preciosa brochura, uma reprodução fac-similada do ms.: *Os desenhos das antigualhas que vio Francisco d'Ollanda, pintor português (1539-1540) que se guarda na Biblioteca do Escorial*.

— A *Reale Accademia d'Italia* enviou-nos um magnífico trabalho: *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo*, que tanto honra a sua cultura.

— *Portugal 1140-1640* é o título dum volume de homenagem a Portugal realizado pela Universidade de Colónia.

— Augusto de Castro publicou: *A exposição do mundo português e a sua finalidade nacional* e Oswaldo Orico deu-nos: *A sombra dos Jeronimos*.

— A *Hispanic-American Historical Review* — editada pela Duke University de Durham — U. S. A. — deu à estampa um número especial sôbre o nosso país, organizado sob a direcção do Ministro de Portugal, João Bianchi.

— Correia de Oliveira escreveu mais um livro de versos: *História pequenina de Portugal gigante*.

— Saiu um número especial dos *Cahiers du Sud*, com colaboração de Gustavo Cordeiro Ramos, Julio Dantas, Luiz Vieira de Castro, João de Barros, Augusto de Castro, Manuel Múrias;

— Cabral do Nascimento, ainda escreveu — *A Restauração de Portugal e o Convento da Incarnação*.

— Bento Caeiro deu à estampa: — *Santo Aleixo da Restauração*.

— A revista da Legião Portuguesa também publicou um número comemorativo das festas centenárias.

— José Monteiro deu-nos um trabalho intitulado: — *O lugar do Fundão nas origens e na Restauração de Portugal; e O Município do Fundão nas comemorações centenárias* é outro estudo sôbre a matéria.

— Rocha Martins escreveu: *Vultos da Restauração* que a Emp. Nac. de Publicidade editou.

— A *Revista dos Centenários* arquivou nos seus 24 números alguns trabalhos e documentos de interêsse histórico.

— Finalmente publiquei, além da minha colaboração nos trabalhos da Academia da História e de estudos vários saídos na imprensa diária e em revistas portuguesas e estrangeiras: — *A Restauração — relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668; Relance da História Diplomática de Portugal; Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sôbre a Restauração; As expedições de Duclerc e Duguay Trouin ao Rio de Janeiro; D. Afonso VI*, manuscrito atribuído a António de Sousa de Macêdo, etc..

Longe deve estar esta enumeração de ser completa. Muitos foram os trabalhos realizados durante êste período de festejos nacionais. Impossível nos foi retê-los a todos. Depois, ainda há a colaboração em jornais e revistas pouco conhecidas. Num jornal de Évora sei que se publicaram algumas preciosas cartas de D. João IV, mas quantos outros documentos e ar-

tigos de interêsse não terão ficado sepultados em folhas volantes por êsse país fora, esperando por alguém que pacientemente faça um dia a bibliografia completa da Restauração de 1640.

Durante êste ano que agora finda os nossos olhos extasiaram-se com espectáculos de rara beleza ; fica-nos êste precioso recheio documental, material indispensável para a elaboração da nossa História, que oferecemos ao Portugal de amanhã, a quem deixamos certamente uma herança melhor do que a recebida de nossos pais.

EDUARDO BRAZÃO

P. S. Ainda que publicadas fora dêste ano das comemorações, não podemos deixar de nos referir às obras dirigidas e publicadas pelo eminente historiador Damião Peres, Professor da Universidade de Coimbra, como a monumental *História de Portugal* (7 volumes, com 1 de Índices), as novas edições das *Monstruosidades do tempo e da fortuna* e da *Restauração de Portugal prodigiosa*, pois tôdas elas se destinaram a comemorar o nosso duplo centenário.

NOTAS VÁRIAS

DISCOTECA DE MÚSICA POPULAR PORTUGUESA

Organizada por iniciativa da Comissão Executiva dos Centenários com a colaboração de grupos regionais, sob a direcção do professor Armando Leça. Registo de som pela Emissora Nacional.

TRÁS-OS-MONTES:

Reis Falados (Duas Igrejas) — *Encomendação das almas* (Espesiosa).

Lóa de St.º António (Espesiosa) — *Manhã de S. João* (Espesiosa).

Ró-Ró e Lóa de Casamento (Espesiosa) — *D. João* (Espesiosa) — *Não quero que vás à monda* (Constantim).

Margarida Moleira (Constantim) — *A parreira tem mil uvas* (Duas Igrejas) — *Para rondar de noite* (Constantim) — *Primavera* (Espesiosa).

Que estriga tem uma roca e Querida Júlia (Constantim) — *Acto de contrição* (Cercio).

Lhaço dos ofícios (Cercio) — *Bicha* (Cercio).

Reis (Alijó) — *Moda das segadas* (Vassal-Valpaços).

Remute de cantiga e No fim da ceifa (Vassal) — *Moda das Malhadas* (Vassal).

Moda de a coanhar e Atira Manuel (Vassal) — *Bemditos (dois)* (Vassal).

D. Fernando — *Nozelo* (Vinhais) — *D. Filomena* (Nozelo).

Morena (Nozelo) — *Padeirinha* (Alijó) — *Viva o Arco* (Alijó) — *Ronda das segadas* (Nozelo).

Alvorada (Nozelo) — *Muinhera e passeio* (Nozelo).

Senhora da Graça e Lagartinho (Mondim de Basto) — *Donde vens ó Ana* (Mondim de Basto).

Erva Cidreira (Mondim de Basto) — *Azeitona miudinha* (Mondim de Basto).

ALTO DOURO:

Maio moço e Cantar à pedra (Barqueiros) — *Senhor arrais do barco* (Barqueiros).

A pomba caiu ao mar e Rapaz aperta a faixa (Barqueiros) — *Fui ao Douro à vindima* (Barqueiros).

Chula rabela (Barqueiros).

MINHO:

Meu menino quiere dormir (Palmeira-Braga) — *Boiada* (Besteiros de Amares) — *Senhora da Abadia* (Besteiros) — *Chora a Videira* (Besteiros).

Ó do subirei e Meu lindo ramo (Louzado de Fimalicão) — *Três maganões e Ó do tim-tim* (Louzado).

Minha bela vianesa e Retira-te ó Zé (Louzado) — *Velho* (Carreço) — *Velho* (Besteiros).

Maçadeiras (Póvoa de Lanhoso) — *S. João* (Besteiros).

Senhora das Dores (Besteiros) *Margarida Moleira* (Besteiros) — *Olvia* (Apúlia).

Ferreiro e Chora a Videira (Besteiros) — *Ribeira* (Besteiros).

Alecrim e Nesta terra não há rosas (Bucos de Cabeceiras de Basto) — *Barqueirinho e Rept-piu* (Bucos).

Barqueiro (Beiral do Lima), Ponte de Lima — *Ó do olé* (Beiral do Lima).

Os olhos do meu amor (Beiral do Lima) — *Á sombra do lampeão* (Beiral do Lima).

Marrafa (Beiral do Lima) — *Dobadoira* (Vila Chã) Espozende — *Quem quiser que o carro ande* (Beiral do Lima).

Tirana (Beiral do Lima) — *Tia Rosa* (Vila Chã). *Arruada de Zé Preira* (Celorico de Basto) — *Laranja* (Bucos).

Celer, a Bomba (Lousado) — *Coradinha* (Vila Chã) — *As calças do Manuel Pita* (Vila Chã).

Margaridinha (Guimarães) — *S. João corrido* (Guimarães).

O pai do ladrão (Carreço) — *Pretinho* (Carreço). *Bate certo* (Apúlia) — *Gota* (Carreço).

Caninha Verde (Lousado) — *Cana Verde* (Celorico de Basto) — *Chula* (Vila Chã) — *Malhão* (Celorico de Basto).

Regadinho (Lousado) — *Tirana* (Carreço).

Tirana (Guimarães) — *Vareira descansada* (Guimarães).

Vareira das palmas (Guimarães) — *Vareira picada* (Guimarães).

Vareira Chula (Celorico de Basto) — *Vareira* (Vila Chã).

Verdegaio (Braga) — *Verdegar* (Lousado).

Vira (Bucos) — *Vira* (Palmeira).

Vira de Roda (Vila Verde) — *Vira do Alto Minho* (Carreço).

Vira (Vila Chã) — *Vareira* (Varziela de Felgueiras).

DOURO LITORAL:

Malhão (Balazar de Póvoa de Varzim) — *Vareira, Vareirinha* (Balazar de Póvoa de Varzim).

Adeus que me vou embora (Balazar) — *Soldadinho novo* (Balazar).

Menina da poupa alta (Balazar) — *Tem, tem, menina* (Balazar).

Resgatar das almas (Póvoa de Varzim) — *S. João poveiro* (Póvoa de Varzim).

Moda dos Varais (Póvoa de Varzim) — *Vira poveiro* (Póvoa de Varzim).

Ó fresca da ramalhada (Vila do Conde) — *Senhora Ana* (Leça da Palmeira) — *S. João Batista* (Vila do Conde).

Olaré sou tua (Silva Escura) — *Margarida moiteira* (Silva Escura).

Chula (Santa Cruz do Bispo) Matozinhos — *Malhão* (Santa Cruz do Bispo) Matozinhos.

Serra (Santa Cruz do Bispo) — *Velho* (Santa Cruz do Bispo).

Rusga (Silva Escura) — *Ciranda* (Areal de Santo Tirso).

Passarinho e Suspiro (Santo Tirso) — *Pesinho* (Santo Tirso).

Santa Quitéria e Vareira (Varzielas de Felgueiras) — *Na loja do Mestre André* (Varzielas de Felgueiras).

Janeiras e Senhora da Saúde (Cavalão de Baixo) Penafiel — *Senhora d'Aparecida e Senhora da Libração* (Amarante).

Não há cravo como o branco e O élo da videirinha (Santa Marinha do Zezere) — *Vou a cantar que me mandam* (Santa Marinha do Zezere) — *Minha mãe não quiere* (Casal Gracia).

Já vi uma tirana (Cavalão de Cima) — *Pintei o vira Vareiro* (Cavalão de Baixo) — *O meu peitinho tem rendas* (Portela) — *Da banda dalem do Rio* (Vila Boa de Quires).

Ó José, ó Josésinho (Vila Boa de Quires) — *Minha Mãe chamou por Ana* (Paços de Ferreira) — *Aquê que acolá vai* (Paços de Ferreira).

Por aquela parede abaixo e Rosa d'Alexandria (Paços de Ferreira) — *Sou Chaleiro* (Paços de Ferreira) — *A tua vai amarela* (Lordelo).

O rijo, ó rijão e Uma velha (Lordelo) — *Zé que fumas* (Lordelo) — *Do alto daquela Serra* (Amarante).

S. João, (em cavaquinhos) (Lordelo) — *Cana Verde* (Paços de Ferreira).

Chula (Amarante) — *Chula* (Vila Boa de Quires).

Chula (Penafiel) — *Verdegar* (Lordelo).

Vira Duriense (Paços de Ferreira) — *Vira* (Lordelo).

Lá vem o luar (Gulpilhares) Gaia — *No meio da-quele mar e Parreirinha* (Gulpilhares) Gaia.

Malhão (Gulpilhares) Gaia — *Rabela* (Gulpilhares) Gaia.

Tirana (Gulpilhares) — *Tirana* (Vila da Feira).

Vira rusgado (Vila da Feira) — *Pastorinha* (Vila da Feira).

BEIRA LITORAL:

Senhora da Hora (Esmoriz) — *Ó meu amor quem te disse* (Esmoriz).

Ó rosa (Esmoriz) — *Debaixo da ponte e Ó pião dançar* (Esmoriz).

Videirinha e Lambão (Esmoriz) — *Marujinho bate o pé e Olha para a água* (Ovar).

Vai marinheiro (Ovar) — *Ai li, ai lé* (Ovar).

Almas Santas (Bom Sucesso) Aveiro — *Ajoelha-te a meus pés* (Bom Sucesso) Aveiro.

Meia volta ao lado e Ó que rico par eu tevo (Bom Sucesso) Aveiro — *Desafo* (Bom Sucesso) Aveiro.

Rusga (Esmoriz) — *Vilóa* (Estarreja).

Moda Nova (Estarreja) — *Real das Canas* (Estarreja).

Tirana (Ovar) — *Vira de Ovar* (Ovar).

Vira mercado (Estarreja) — *Verdegaio* (Ovar).

Verdegaio (Bom Sucesso) — *Vira, instrumental* (Bom Sucesso).

Senhora da Saúde e Vai meu amor (Castelões) Vale de Cambra — *Mariquinhas* (Castelões) Vale de Cambra.

Ao relitê da Calçada (Castelões) — *Ó tirolé* (Castelões).

O lugar de casticeira (Sever do Vouga) — *Rolinha* (Sever do Vouga).

Ó Zé (Sever do Vouga) — *Carqueja* (Rocas do Vouga).

Aleluia (Rocas do Vouga) — *Eu hei-de ir a Arouca* (Rocas do Vouga).

Ramaladeira (Rocas do Vouga) — *Santo Antoninho* (Rocas do Vouga).

Rusga (Castelões) — *Marrafinhas* (Rocas do Vouga).

Canavial das Canas (Coimbra) — *Cavaco do Rio e Ao som da guitarra* (Coimbra).

Dá-me um beijo (Coimbra) — *Jobens sereias* (Coimbra).

O nó da gravatinha (Coimbra) — *Sou marinheiro* (Coimbra).

Vá de roda (Coimbra) — *Vamos seguindo* (Coimbra).

Estalados (Coimbra) — *Vira de Coimbra* (Coimbra).

Alvorada e Arruada (Condeixa-a-Nova) — *Fandango e Vira* (Condeixa-a-Nova).

Verdegaio e Farrapeira (Condeixa-a-Nova) — *Oliveira da Serra e Arruá, Arruá* (Vilarinho) Lousã.

Canôa (Vilarinho) Lousã — *Farrapeira* (Vilarinho) Lousã.

Lavrador da Arara (Milagres) Leiria — *S. João e Linda machada* (Milagres) Leiria.

Margarida moleira (Milagres) Leiria — *Palmas, palmas* (Milagres) Leiria.

Bailarico (Milagres) Leiria — *Ciranda e Verdegaio* (Milagres) Leiria.

BEIRA ALTA :

S. João e Olha os noivos (Parada de Gonta) Tondela — *Minha mãe eu quero e A côr morena* (Parada de Gonta) Tondela.

Ó da truz, truz, truz e Venho da Serra da Estrela (Parada de Gonta) — *Vira dos Carvalhais* (Parada de Gonta).

Moda de malhar e De baixo do meu baú (Castendo) — *Indo eu e Não era assim* (Castendo).

Lindas fitas e Vá de ramo em ramo (Esmolfe) — *Chora a videira e Eu hei-de ir* (Esmolfe).

O Velho (Celórico da Beira) — *Trevo* (Cedovim)

Santa Maria (Cambra de Vouzela) — *Santa Combinha* (Cambra de Vouzela).

S. João (Cambra de Vouzela) — *Ramo de Oliveira* (Cambra de Vouzela).

Lézar o gado (Cambra de Vouzela) — *Farrapeira* (Cambra de Vouzela).

Meu menino dorme (S. Pedro do Sul) — *Enxufra-deira e Serraninha* (Figueiredo d'Alva) S. Pedro do Sul.

Ó Delaide e Cachopas, olaré (Manhouce) — *Ó prima vamos p'ra ceifa e Dom Solidão* (Manhouce).

Eu muito chorei (S. Pedro do Sul) — *Amentar as almas* (S. Pedro do Sul).

Maias (S. Pedro do Sul) — *Sacha* (Vila Maior) S. Pedro do Sul.

Ceifa e Maçadelas (Vila Maior) — *Malha* (Vila Maior).

Tareio (Manhouce) — *Chula* (Figueiredo d'Alva).
Vira das farrapeiras (S. Pedro do Sul).

Alviçaras (Cedovim) — *Lavrador d'arada e Ladrão* (Cedovim).

Margarida Moleira e Anda cá meu bem (Cedovim)
Ó prima e Trevo (Cedovim).

Alviçaras (Quadraxais) — *Maias* (Alfaistes) — *S. João* (Gonçalo) — *S. João* (Guarda).

Ceifa (Gonçalo) — *Malha* (Vinhó) — *Tenho sede* (Folgosinho).

Azeitona (Marialva) — *Moda de arrolar* (Gonçalo) — *Tia Batista* (Vinhó).

BEIRA BAIXA :

Janeiras e Alviçaras (Val de Lóbo) — *Senhora da Póboa* (Val de Lóbo).

Amaçar o linho e Vá de laços (Val de Lóbo) — *Mangerico* (Val de Lóbo).

Senhora do Almurtão (Idanha-a-Nova) — *Senhora da Graça* (Idanha-a-Nova).

Moda das sachas (Idanha-a-Nova) — *És tão linda* (Idanha-a-Nova).

Dobadoira (Escalos de Baixo) — *Moreninha* (Escalos de Baixo).

Quebra (Escalos de Baixo) — *Fandango* (Escalos de Baixo).

Bamburra e Entrudo (Malpica) — *Sécias e Jeremias* (Malpica).

Lavrador da arada (Malpica) — *S. João* (Malpica).

Santo Antão e Moda da Sacha (Caria) — *Moda de maçar o linho* (Caria).

Ceifeiras (Caria) — *Laranjinha* (Teixoso) — *Senhora do Carmo* (Teixoso).

S. João (Teixoso) — *Vindima* (Teixoso).

Pastorinha e Vai-te embora (Teixoso) — *Embaló e Santa Luzia* (Fundão).

Senhora da Rocha e Dona Infante (Fundão) — *Marinheiro* (Fundão).

Pai-xão (Fundão) — *Ceifa* (Fundão).

Sacha (Fundão) — *Rosa* (Fundão).

Diga donde vai (Fundão) — *Moda do Bombo* (Lavacolhos).

Azeitona por ser preta (Outeiro) Sertã — *Laranjinha* (Outeiro) Sertã.

Ó enleio (Outeiro) Sertã — *Vira* (Outeiro) Sertã.
Bemdito (Mação) — *Alvorada de S. João* (Mação).

Loureiro e Olha a triqueirinha (Mação) — *Ó prima e Estas é que são as saias* (Mação).

RIBATEJO :

A oliveira chora (Pêgo) Abrantes — *Chora a videira* (Pêgo) Abrantes.

Nossa aldeia do Pêgo (Pêgo) — *O enleio* (Pêgo).
Já apanhamos a azeitona e Pombo arrolador (Azinhaga) — *Verdegaio e Fandango* (Azinhaga).
Bailarico e Vira (Azinhaga) — *Se eu fôsse ladrão* (Minde) Alcanena.
O paspalhão e Estas é que são as saias (Minde) — *Verdegaio* (Minde).

ALTO ALENTEJO:

Menino do Senhor (Campo Maior) — *Moda da Azeitona* (Campo Maior).
Camponezas (Campo Maior) — *Vai-te bela* (Campo Maior).
Eu hei-de ir à feira d'Elvas (Campo Maior) — *Eras tão linda* (Vila Viçosa).
A lua vai amarela e Olha a moleirinha (Vila Viçosa) — *Pelo mar abaixo* (Vila Viçosa).
Fui à missa a Santa Rita (Vila Viçosa) *Onde vais Cavaleiro* (Redondo).
Três palavras disse a Virgem (Redondo) — *Nossa Senhora lavava* (Redondo).
Lindo Amor e São João (Redondo).
Santa Suzana e Vai, vai (Redondo).
Anda cá meu bem e Laranja do ramo (Evora).
Ès tão linda e Fui ao mercado sósinha (Evora).
 (?) e *São João* (Evora).

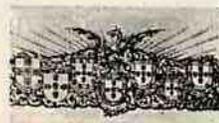
BAIXO ALENTEJO:

A flôr que abriu em Maio e Lá vai o comboio (Moura).
Marianita e São laços (Moura).
Silva que estás enleada (Moura) — *Beja, terrível Beja* (Serpa).
Despedida e Hei-de ir ao Algarve (Serpa).
Lirio Rôxo e Ó prima, olé (Serpa).
Santo Antoninho da serra (Serpa) — *Algum dia a nobre fala* (Aldeia Nova de S. Bento).
Amava-te eternamente e Fui ao jardim passear (Aldeia Nova de S. Bento).
Montinho (Aldeia Nova de S. Bento) — *Não quero que vás á monda* (Baleizão).
Ora viva e Sou um rapaz pimpão (Baleizão).
Nossa Senhora d'Aires — Tinhas-me tanta amizade e Solidão (Baleizão).
Deus Menino e Os Reis (Vidigueira).

Alecrim e Erva cidreira (Vidigueira).
Silva do Bosque e Se o meu bem soubesse (Vidigueira).
Eu sou trevo e Marcela (Vidigueira).
Janeiras e Chacota (Mértola).
Ao romper da bela aurora e Mértola, querida Mértola (Mértola).
Quando eu ouvi esta moda e Senhor Ladrão ande ligeirinho (Mértola).
Esta manhã achei (Castro Verde) — *Tôdas as bem casadinhas* (Aljustrel).
Ora adeus e Cana Real (Aljustrel).
Cachopa, dá-me um beijo e Foram elas (Castro Verde).
Aljustrel do Alentejo e Ao passar do ribeirinho (Aljustrel).
Já não vou a Vendas Novas e Margarida da minha alma (Aljustrel).
Tenho barcos, tenho rédes (Aljustrel) — *Dá-me um cópo d'agua* (Odemira).
Abre-me a porta — Maria Campaniça e Água já se não usa (Odemira).
Fôste-te gabar ao Pôrto e Eu fui á baia (Odemira).

ALGARVE:

Será possível que seja e Já da paz do dia (Estombar).
Santos desprezados e Pastorinhos (Estombar).
O menino do alto-céu e Janeiras (Estombar).
Santos Reis (Estombar) — *Encomendação das almas* (Estombar) — *Bendito* (Alte).
Ó meu padre Santo António e Vai-te embora passarinho (Estombar).
Alecrim da charneca — Apanha uma barata e S. João me prometeu (Estombar).
Ao passar o ribeirinho e Minha mãe não me leve (Alte).
Quando os soldados se viram e Teresinha (Alte).
Moda do bailarico e Baile mandado (Alte).
Leva, leva (Portimão) — *Água leva o regador* (Tavira).
Ái Jesus se rasga a saia e Amendoeira (Tavira).
Cáxi, cáxi e Já lá te foste sentar (Tavira).
S. João e Sou da serra, sou serrenho (Tavira).
Ti Ánica (Tavira) — *Venho aqui á viscondessa* (Olhão).



INDICE DO SEGUNDO VOLUME

TEXTO:

	Fasc.	Pág.
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	13	1
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	13	4
Congresso Nacional de Ciências da População (Plano geral)	13	9
O Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português	13	14/15
Armas brasileiras em Gôa — <i>Dr. A. Padua de Araujo</i>	13	17
Castelos de Portugal — Bragança e Póvoa de Lanhoso — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	13	19
A Fundação e a Restauração na poesia épica — <i>Dr. Cabral do Nascimento</i>	14	1
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	14	6
Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal — <i>Padre Moreira das Neves</i>	14	10
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	14	14
Castelos de Portugal — Marialva, Langroiva e Ranhados — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	14	20
A capacidade épica da Raça e o sentido Camoneano das Comemorações Centenárias — <i>Dr. Mário de Albuquerque</i>	15	1
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	15	6
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	15	11
Programa Oficial das Comemorações Nacionais de 1940	15	16
Castelos de Portugal — Marvão e Celorico da Beira — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	15	24
A Aclamação dos nossos Reis — <i>Dr. Paulo Merêa</i>	16	1
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	16	5
Castelo da Feira — <i>Dr. Vaz Ferreira</i>	16	12
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	16	19
Castelos de Portugal — Abrantes e Tôrres Novas — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	16	24
Alberto d'Oliveira — <i>Dr. Agostinho de Campos</i>	17	1
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	17	5
Castelo de Bragança — <i>Dr. Carlos de Passos</i>	17	12
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	17	15
Castelos de Portugal — Arnoia e Sabugal — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	17	19
Tradução da carta «Claves Regni» de D. Afonso Henriques ao Pontífice Romano	18	1
Tradução da bula «Manifestis Probatum» do Papa Alexandre III a D. Afonso Henriques... ..	18	3
Alocução do Cardial Patriarca na Sé de Lisboa, no dia da inauguração das Comemorações Centenárias	18	5
Palavras do Chefe do Estado, na Câmara Municipal de Lisboa, a 2 de Junho de 1940	18	7
Sessão solene na Assembleia Nacional	18	12
Discurso do Presidente do Conselho, em Guimarães, no dia 4 de Junho de 1940, na cerimónia comemorativa da Fundação	18	23
Glorificação da Língua Portuguesa na Academia das Ciências de Lisboa	18	27
Festa provincial do Algarve — <i>Discurso do Dr. Júlio Dantas</i>	18	42
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	18	46
Carta credencial de sua Santidade Pio XII, ao Chefe do Estado Português	19/20	1
Nossa Senhora da Conceição na Restauração de Portugal — <i>P.ª Moreira das Neves</i>	19/20	2
Inauguração da Exposição do Mundo Português: — <i>Discurso do Comissário Geral Dr. Augusto de Castro</i>	19/20	10
Discurso de Sua Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações	19/20	15
Exposição do Mundo Português — Roteiro	19/20	17
Alocução proferida por S. E. o Cardial Patriarca, na missa de pontifical celebrada na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos	19/20	33
Sessão Inaugural do Congresso do Mundo Português: — <i>Discurso do Dr. Júlio Dantas</i>	19/20	44
<i>Discurso do Dr. Caeiro da Mata</i>	19/20	46

	Fasc.	Pág.
Discurso de sua Ex. ^a o Ministro da Educação Nacional, na sessão de encerramento do Congresso do Mundo Português	19/20	50
Festa dos «Lusíadas» — <i>Discurso do Dr. Hernâni Cidade</i>	19/20	53
Portugal é uma Nação — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	19/20	57
Os falsificadores de D. João IV — <i>Dr. António G. Mattoso</i>	21	1
Como o povo defende a Independência — <i>Abel Viana</i>	21	15
Congresso Nacional de Ciências da População	21	20
O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra — <i>Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal</i>	22	1
Discurso proferido pelo Ministro da Educação Nacional, em 27 de Setembro, na Recepção aos professores de ensino primário, no Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português	22	9
Algumas cartas de João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	22	16
Reflexos da Restauração na Vila de Tôres Vedras — <i>Rogério de Figueiroa Rêgo</i>	22	23
Castelos de Portugal — Belmonte — Sortelha — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	22	27
A Restauração e o Teatro — Notas para um estudo — <i>Dr. Jorge de Faria</i>	23	1
A aventura marítima de Portugal no folclore do Brasil — <i>Dr. Gustavo Barroso</i>	23	7
Discurso do Ministro das Colónias na Sessão Inaugural do Congresso Colonial, realizada na Sociedade de Geografia, em Lisboa, na noite de 11 de Novembro	23	13
Palavras de Mons. Dr. Pereira dos Reis na cerimónia da evocação da figura do padre António Vieira, realizada na igreja de S. Roque de Lisboa, em 17 de Novembro	23	20
Sessão solene inaugural do Congresso Luso-Brasileiro de História, realizada na Academia das Ciências de Lisboa, na noite de 18 de Novembro	23	27
Algumas cartas de D. João IV — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	23	33
Castelos de Portugal — Mértola e Serpa — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	23	41
Discurso do Chefe do Estado na Sessão solene de encerramento das Comemorações Centenárias, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro	24	1
A França e a Revolução de 1640 — <i>Dr. Rodrigues Cavaleiro</i>	24	4
Os juriconsultos e os diplomatas da Restauração — Sessão evocativa na Academia das Ciências de Lisboa, em 28 de Novembro de 1940	24	15
Sessão solene de encerramento das Comemorações Centenárias, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro — Discurso do Dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva	24	18
Sessão solene de encerramento da Exposição do Mundo Português, realizada no Pavilhão de honra, em 2 de Dezembro de 1940 — Palavras de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações — Discurso do Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português	24	21
Alocação do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Dr. Marcelo Caetano, no Palácio da Independência, em 2 de Dezembro de 1940	24	23
A Terceira e os Castelhanhos — A Batalha da Salga — <i>Dr. Vitorino Nemésio</i>	24	26
Uma curiosa referência iconográfica, aos tempos de Ourique — <i>Castro e Brito</i>	24	33
Alenquer — <i>Dr. Luciano Ribeiro</i>	24	37
Castelos de Portugal — Torre da Ucanha e Castelo de Penedono — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	24	41
A Bibliografia das Comemorações Centenárias — <i>Dr. Eduardo Brazão</i>	24	44
LEGISLAÇÃO	14	24
»	16	28
»	17	24
REVISTA DA IMPRENSA	13	25
» » »	14	25
» » »	15	29
» » »	16	29
» » »	17	25
» » »	22	30
NOTAS VARIAS	13	29
» »	14	30
» »	15	30
» »	17	28
» »	18	53
» »	19/20	64
» »	21	27
» »	23	45
» »	24	57

INDICE DOS COLABORADORES

	Fasc.	Pág.
Abel Viana — Como o povo defende a Independência	21	15
Agostinho de Campos (Dr.) — Alberto d'Oliveira	17	1
António G. Mattoso (Dr.) — Os falsificadores de D. João IV	21	1
Cabral do Nascimento (Dr.) — A Fundação e a Restauração na poesia épica	14	1
Carlos de Passos (Dr.) — Castelo de Bragança	17	12
Castro e Brito — Uma curiosa referência iconográfica, aos tempos de Ourique	24	33
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	13	4
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	14	14
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	15	11
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	16	19
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	17	15
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	22	16
Eduardo Brazão (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV	23	33
Eduardo Brazão (Dr.) — A Bibliografia das Comemorações Centenárias	24	44
Frederico Gavazzo Perry Vidal (Dr.) — O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra	22	1
Gustavo Barroso (Dr.) — A aventura marítima de Portugal no folclore do Brasil	23	7
Jorge de Faria (Dr.) — A Restauração e o Teatro — Notas para um estudo	23	1
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Bragança e Póvoa de Lanhoso	13	19
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Marialva, Langroiva e Ranhados	14	20
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Marvão e Celorico da Beira	15	24
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Abrantes e Tórres Novas	16	24
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Arnoia e Sabugal	17	19
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Belmonte — Sortelha	22	27
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Mértola e Serpa	23	41
Jorge Larcher (Capitão) — Castelos de Portugal — Torre da Ucanha e Castelo de Penedono.....	24	41
Luciano Ribeiro (Dr.) — Alenquer	24	37
Mário de Albuquerque (Dr.) — A capacidade épica da raça e o sentido Camoneano das Comemorações Centenárias	15	1
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	13	1
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	14	6
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	15	6
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	16	5
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	17	5
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	18	46
Marques Guedes (Dr. A.) — Portugal é uma Nação	19/20	57
Moreira das Neves (Padre) — Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal	14	10
Moreira das Neves (Padre) — Nossa Senhora da Conceição na Restauração de Portugal	19/20	2
Padua de Araujo (Dr. A.) — Armas brasileiras em Goa	13	17
Paulo Merêa (Dr.) — A aclamação dos nossos Reis	16	1
Rodrigues Cavalheiro (Dr.) — A França e a Revolução de 1640	24	4
Rogério de Figueiroa Rêgo — Reflexos da Restauração na Vila de Tórres Vedras	22	23
Vaz Ferreira (Dr.) — Castelo da Feira	16	12
Vitorino Nemésio (Dr.) — A Terceira e os Castelhanos — A Batalha da Salga	24	26

INDICE DAS GRAVURAS

I VOLUME

FORA DO TEXTO:

	Fasc.
Busto de D. Afonso Henriques (Existente no Museu Arqueológico)	I
Juramento de D. Afonso Henriques (Gravura antiga sôbre o Milagre de Ourique)	I
Foral concedido à cidade de Lisboa por D. Afonso Henriques	I
Sêlo de Lisboa (MCCXXXIII)	I
Conde D. Henrique (Tombo da Sé de Santiago de Compostela)	2/3
Exposição do Mundo Português — Planta Geral	2/3
Projecto da nau «Portugal» que deve figurar na Exposição do Mundo Português	2/3
El-Rei D. João IV — Gravura de Baltazar Moncornet (Da colecção do Sr. Dr. Artur Gomes de Carvalho)	2/3
Página dos guerreiros do «Apocalipse de Lorrvão» (Existente na Tôrre do Tombo)	2/3
Guimarães — Monumento a D. Afonso Henriques (Escultura de Soares dos Reis)	2/3
El-Rei D. João IV	4

NO TEXTO:

	Fasc.	Pág.
Castelo de Guimarães	I	13
Primeira reunião dos membros da Comissão Nacional dos Centenários com o sr. Presidente do Conselho, no Secretariado da Propaganda Nacional	I	21
Planta da Secção Etnografica e Colonial	2/3	8
A nau «Portugal», ancorada no rio Tejo, junto ao Terreiro do Paço, em Lisboa	2/3	10
Espada de D. Afonso Henriques (Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede 0 ^m ,835)	2/3	32
O emblema das edições dos Centenários, da autoria de Eduardo Anahory (1.º Prémio)	2/3	33
Cartaz do pintor Félicien Garcia, de Paris (A afixar no estrangeiro. 2.º Prémio)	2/3	34
Cartaz do pintor Roberto de Araújo, de Lisboa (A afixar em Portugal. 2.º Prémio)	2/3	34
Cartaz do architecto Keil do Amaral e de D. Maria Pires Keil do Amaral, de Lisboa (3.º Prémio)	2/3	35
Idem, idem	2/3	35
Figurinos do artista Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português	4	6
Arcebispo de Braga (Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português)	4	7
Templário (Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português)	4	9
Guimarães — Capela de S. Miguel do Castelo, onde, segundo a tradição, foi baptisado D. Afonso Henriques	4	13
Cóimbra — Túmulo de D. Afonso Henriques na Igreja de Santa Cruz	4	17
Bandeira da Exposição Histórica do Mundo Português	4	26
Mapa das principais rotas marítimas dos Portugueses (Desenho de Roberto de Araújo)	5	3
A Comissão Nacional dos Centenários ouvindo a leitura do programa-calendário das celebrações de 1940, que foi feita pelo sr. dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva	5	11
Pavilhões dos Portugueses no Mundo, de Portugal 1940 e do Brasil na «Exposição do Mundo Português»	5	15
Pavilhão de Honra e Pavilhão de Lisboa	5	19
Castelo de Leiria	5	21
Ruínas de um varandim no Castelo de Leiria	5	22
Castelo de Óbidos	5	23
Gravura antiga, alemã, reproduzindo cenas do período da Restauração	6	3
D. Luiza de Gusmão, esposa de D. João IV (Da colecção de gravuras da Biblioteca Nacional de Lisboa)	6	9

	Fasc.	Pág.
Exposição do Mundo Português (Maquetas)	6	14/15
Primeiro documento datado relativo à tomada de Lisboa e instituição mais antiga de catedral junto a esta cidade	6	18
Castelo de Montemor-o-Velho	6	20
Muralhas do Castelo de Penela	6	22
Castelo de Soure — Janela geminada e uma torre do Castelo (Desenhos do pintor Armando Lucena)	6	24
Gravura da «Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques», de Duarte Galvão (Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães — Cascais)	7	3
Túmulos do Conde D. Henrique e D. Tereza na Sé de Braga	7	9
Castelo de Guimarães (Fachada Sul)	7	22
Lisboa — Palácio da Independência (De uma gravura do «Ocidente»)	7	24
D. João V	8	3
Gravura antiga sobre o milagre de Ourique (Da colecção do Ex. ^{mo} Sr. João Jardim de Vilhena)	8	7
Gravura de O. Cor. num documento do reinado de D. João V para a tentativa de canonização de D. Afonso Henriques (Da colecção do Ex. ^{mo} Sr. Dr. Vasco Valente).....	8	10
Gravura acompanhada da estância de «Os Lusíadas» alusiva ao milagre de Ourique (Da colecção iconográfica do Ex. ^{mo} Sr. João Jardim de Vilhena)	8	11
Pavilhão de Timor, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Pavilhão das Missões	8	16
Pavilhão de Angola e de Moçambique e Pavilhão de Arte Indígena	8	17
A Espada de D. Afonso Henriques (Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede 0 ^m ,835)	8	18
Castelo da Feira	8	27
Alegoria da Coroação de D. João IV	9	7
Púlpito da Igreja de Santa Cruz, em Coimbra	9	11
Coimbra — Túmulo de D. Sancho I na Igreja de Santa Cruz	9	13
Reprodução, em tamanho natural, dum documento do reinado de D. João V—Tentativa para a canonização de D. Afonso Henriques (gravura de O. Cor. — Espécie iconográfica da colecção do Ex. ^{mo} Sr. Dr. Vasco Valente — Director do Museu Nacional de Soares dos Reis)	9	17
Castelo de Palmela	9	19
Castelo de Sezimbra — Entrada principal	9	21
Torre de Menagem do Castelo de Sezimbra	9	21
Rua de Macau, na Secção Colonial da Exposição do Mundo Português	9	27
Conde de Vila-Flôr	10	5
Pátio dos Pavilhões de Etnografia e um pormenor do Pavilhão de Lisboa	10	14
Pavilhão da Formação e Conquista e Pavilhão dos Descobrimentos	10	15
Braga — Vista da Ábside e das Torres da Sé	10	19
Castelo de Almourol	10	23
Tomar — Castelo dos Templários	10	24
Casa dos Melos — Xabregas	11	3
Castelo de Pombal	11	21
Castelo de Pôrto de Mós	11	23
Painéis de azulejos referentes à Restauração — (Palácio dos Condes de Almada)	12	1
Lisboa — Monumento aos Restauradores	12	5
Painel de azulejos referentes à Restauração (Palácio dos Condes de Almada)	12	8
Painéis de azulejos referentes à Restauração (Palácio dos Condes de Almada)	12	9
Túmulo de D. João IV (Panteão da Dinastia de Bragança — Igreja de S. Vicente de Fora — Lisboa)	12	14
«Crux Fidelis» — Motete por El-rei D. João IV — Cópia do maestro Ruy Coelho	12	23
Pavilhões da Independência, dos Descobrimentos, da Formação e Conquista	12	26
Pavilhões de Lisboa, da Colonização, de Caça e Turismo	12	27
Fachada da Igreja dos Agostinhos e Panteão da casa de Bragança	12	28
Paço Ducal — Claustro	12	29
Palácio Ducal de Vila Viçosa:		
Fachada e Sala de jantar	12	30
Sala dos Duques e Sala de Hércules	12	31
Paço Ducal — Sala das Virtudes	12	33
Castelo de Alcácer do Sal	12	45
Castelo de Silves	12	47

II VOLUME

	Fasc.	Pág.
Duas cartas de D. João IV (Biblioteca da Ajuda. Cod. 44-XIII-42, Fs. 73 e 75)	13	7
Estátua de Pedro Álvares Cabral, que se ergue numa das melhores Praças do Rio de Janeiro e da qual o Governo Brasileiro mandou fazer uma cópia fiel, para oferecer ao Governo Português, assinalando assim a comparticipação do Brasil nas Comemorações Centenárias	13	14
O delegado do Brasil, segurando nas mãos as bandeiras portuguesa e brasileira, pronuncia o seu discurso, perante a espósa do Chefe do Estado	13	15
Bragança e o seu Castelo (Do Livro das Fortalezas, de Duarte d'Armas)	13	19
Castelo de Bragança	13	21
Castelo da Póvoa de Lanhoso	13	22
Monumento das descobertas na Exposição do Mundo Português	14	9
Gravura de Dick Stoop alusiva ao casamento de Dona Catarina de Bragança (Da colecção do Ex. ^{mo} Sr. Eng. Vieira da Silva)	14	15
Francisco de Andrade Leitão	14	17
Castelo de Marialva e Tórre e muralhas do Castelo de Langroiva	14	21
Ruínas do Castelo de Ranhados	14	22
Carta de Couto de D. Afonso Henriques, <i>Infante</i> , ao Mosteiro de S. Pedro de Arouca, de Abril da era de 1170 (T. T. col. esp.)	15	7
Retrato do diplomata português Luiz Pereira de Castro	15	13
Pormenor de um Pavilhão da Secção de Etnografia Metropolitana da Exposição do Mundo Português	15	18
Aldeia Indígena, na Secção Colonial da Exposição do Mundo Português	15	19
Castelo de Marvão	15	24
Castelo de Celorico da Beira	15	27
Doação feita por D. Afonso Henriques, que nela se intitula príncipe, a D. Afonso Pelaiz, do seu reguengo na Vila de Coinias, datada na era de 1177, oitava das calendas de Maio (T. T. col. esp.)	16	7
Ruínas do Castelo de Faria, muralhas no Monte da Fanqueira	16	12
Ruínas do Castelo de Faria, restos da Tórre de Atalaia	16	13
Castelo da Feira	16	17
Palácio e Praça da Ribeira, segundo uma gravura de Dick Stoop. (Da colecção do Ex. ^{mo} Sr. Eng. Vieira da Silva)	16	20
Castelo de Abrantes	16	24
Muralhas do Castelo de Tórres Novas	16	26
Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, Presidente da Comissão Nacional dos Centenários—(Falecido em 23 de Abril de 1940)	17	3
Doação feita por D. Afonso Henriques, que nela se intitula <i>Rei</i> , ao Conv. de S. ^{ta} Cruz, de Vinhas em Vila Mendiga, Assamassa e Eires, era de 1177, mês de Março (T. T. col. esp.)	17	7
Siglas da Tórre de Menagem (Castelo de Bragança)	17	13
Siglas Duplas (Idem)	17	13
Castelo de Arnoia	17	20
Castelo de Sabugal	17	21
O Primeiro Foral de Guimarães (Do Arquivo da Tórre do Tombo)	18	2
Do terraço da Galilé da Sé Catedral de Lisboa, Sua Eminência o Cardial Patriarca, ladeado pela Cruz de Oiro do rei D. Sancho I, a espada de D. Afonso Henriques e a bandeira da Fundação, anuncia ao povo «que faz agora 8 séculos que Portugal nasceu»	18	4
Sua Excelência o Chefe do Estado lê o discurso inaugural das Comemorações Centenárias, na sessão solene da tarde de 2 de Junho, na Câmara Municipal de Lisboa	18	9
Chegada a Lisboa da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias	18	13
Aspecto da sessão solene na Assembleia Nacional, na noite de 2 de Junho	18	17
Sua Excelência o Dr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho	18	22
Guimarães — Cortejo das Flôres	18	24
Guimarães — Missa campal junto às muralhas do Castelo	18	25
Sua Excelência o Dr. Getúlio Vargas, Presidente dos Estados Unidos do Brasil	18	29
Alguns membros da Embaixada especial no Brasil com o Chefe do Estado, ministro da Educação Nacional e Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, na festa de glorificação da língua portuguesa, realizada na Academia das Ciências de Lisboa, na noite de 10 de Junho	18	33

	Fasc.	Pág.
A romagem patriótica do povo de Lisboa ao passar, em Alfama, a caminho do Castelo de S. Jorge	18	37
A romagem passa em frente da Sé de Lisboa	18	38
Chegada da romagem ao Castelo de S. Jorge	18	39
Tribuna presidencial no Castelo de S. Jorge	18	39
Exposição do Mundo Português — Centro Regional — Trás-os-Montes, Alentejo, Beira e Algarve	18	40/41
Inauguração do Padrão comemorativo da Batalha de Ourique, vendo-se ao lado a espada de D. Afonso Henriques	18	43
Ourique — As bandeiras de Portugal junto do Padrão comemorativo	18	45
Benção ritual do mar, no rochedo de Sagres, em 15 de Junho, por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Algarve	18	45
Carta de Couto de Vila Menendi feita por D. Afonso Henriques, <i>Rei</i> , ao Mosteiro de Tibães, datada das Nonas de Julho da era de 1178 (T. T. col. esp.)	18	49
Lápide no arco do Marquês de Alegrete, em Lisboa	19/20	7
O Chefe do Estado é recebido pelo Sr. Presidente do Conselho à entrada do Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português	19/20	11
Elemento oficial e convidados na Inauguração da Exposição do Mundo Português	19/20	13
Um aspecto da Inauguração da Exposição do Mundo Português	19/20	13
Largada de pombos no dia da inauguração da Exposição do Mundo Português	19/20	14
Inauguração oficial do Centro Regional, na Exposição do Mundo Português	19/20	17
Esfera dos Descobrimentos e Porta da Fundação	19/20	19
Estátua da Soberania em frente ao Pavilhão dos Portugueses no Mundo	19/20	24
Tôrre do Pavilhão dos Portugueses no Mundo	19/20	25
Exposição do Mundo Português — Centro Regional, Beira Baixa, Cêna aldeã, Cruzeiro numa aldeia transmontana e Claustro do Pavilhão da Doçaria	19/20	28/29
O Chefe do Estado recebe os cumprimentos do Duque de Kent, na cerimónia de recepção de credenciais das Embaixadas extraordinárias e das Missões especiais, no Palácio da Ajuda	19/20	32
Um aspecto das cerimónias religiosas em frente da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos	19/20	35
Sua Eminência o Cardial Patriarca de Lisboa proferindo a sua alocução na missa de Pontifical celebrada na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos	19/20	37
Tribuna do corpo diplomático e convidados na missa de Pontifical do Mosteiro dos Jerónimos	19/20	39
Cortejo Histórico do Mundo Português — O carro evocativo da Lusitânia	19/20	41
O desfile do cortejo em frente do Pavilhão dos Portugueses no Mundo	19/20	41
Cavaleiros empunhando as signas com as côres anunciadoras das diversas épocas do cortejo... ..	19/20	42
D. João I e D. Filipa de Lencastre, em frente dos Pavilhões de Honra e de Lisboa	19/20	42
O elefante da Índia, na evocação da Embaixada de D. Manuel I a Roma	19/20	42
O coche da Embaixada de D. João V ao Papa Clemente XI	19/20	43
Aspecto da parte folclórica do cortejo, vendo-se à direita os sargaceiros de Esposende	19/20	43
Sessão inaugural do Congresso do Mundo Português, na sala da Assembleia Nacional	19/20	47
Testamento de D. Afonso Henriques	19/20	61
Um aspecto do Chiado no dia da Exposição de Montras, interessante iniciativa do S. P. N. D. João IV	19/20	65
Gravura belga de 1730, de Fran: Harrewyn	21	5
Quadro existente na Igreja paroquial de Lanhelas	21	11
Um aspecto do cortejo do trabalho, no Pôrto	21	17
Outro aspecto do cortejo do trabalho	21	22
1662 — Touros reais que se correram, no Terreiro do Paço, nas festas do casamento de D. Catarina de Bragança (Col. de Vieira da Silva, gravura de Dick Stoop)	21	23
1662 — Cortejo real em direcção à Sé e embarque da rainha (Col. da C. M. L.)	22	2
1662 — Partida de D. Catarina de Bragança, vendo-se a ponte, o bergantim real e a armada inglesa (Col. da C. M. L.)	22	3
1662 — Chegada da rainha D. Catarina de Bragança a Portsmouth e cortejo fluvial na ocasião da sua entrada em Londres com Carlos II (Col. da C. M. L.)	22	4
Tôrre do Pavilhão de Ourivesaria, no Centro Regional da Exposição do Mundo Português... ..	22	5
Exposição do Mundo Português — Centro regional — Traz-os-Montes, Um aspecto da Feira, Um grupo de campinos no Largo da Feira e Casa do Paul — Beira Baixa	22	8
Deniz de Melo e Castro, 1.º Conde das Galveias: Foi governador das armas na província do Alentejo em 1705, comandante da cavalaria em Montes Claros, tendo servido no exército desde 1640 «com grande reputação»	22	14/15
D. João IV	22	17
D. João IV	22	19

	Fasc.	Pág.
Castelo de Tórres Novas	22	25
Castelo de Belmonte	22	27
Castelo de Sortelha	22	28
Duas raras peças francesas de teatro sobre a Restauração	23	3
Aspecto da sessão inaugural do Congresso Colonial, realizada na Sociedade de Geografia, sob a presidência do Chefe do Estado	23	15
Dois aspectos da feira do Centro Regional, Farol do Pavilhão da Terra e do Mar, Torre do Pavilhão dos Portugueses no Mundo e Portugal 1940	23	18/19
Padre António Vieira, S. J. (Colecção do Ex. ^{mo} Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima)	23	23
Igreja das Missões na Secção Colonial	23	26
O Chefe do Estado presidindo à inauguração do Congresso Luso-Brasileiro de História na Academia das Ciências	23	29
D. Jerónimo de Ataíde	23	34
Conde da Ericeira	23	35
D. João IV	23	36
D. João IV	23	38
Um pavilhão da Secção Colonial e vendeira de louça no Centro Regional	23	40
Castelo de Mertola	23	41
Muralhas do Castelo de Serpa	23	43
Mosteiro dos Jerónimos — Aspecto nocturno	23	46
Gravura representando D. João IV criança (Da colecção da B. N. L.)	24	5
D. João IV (Gravura de Delric da colecção da B. N. L.)	24	7
D. João IV (Lusitana Liberata)	24	9
O general alemão Armando Frederico Schomberg, Conde e Duque de Schomberg, que serviu no exército português, durante as campanhas da Restauração	24	11
Leoni (Leone e Pompeo) — A imperatriz Isabel de Portugal, esposa de Carlos V (Estátua de bronze existente no Museu do Prado, Madrid)	24	14
Lisboa — Porta interior do primitivo Palácio dos Condes de Almada, agora Palácio da Independência	24	24
Quadro sobre a aparição de Ourique, no tecto duma sala do solar dos Maldonados, em Beja	24	35
Torre da Couraça, mais conhecida por Casa da Torre, em Alenquer	24	37
Arco da Conceição — Alenquer	24	38
Cristovão de Morais — D. Sebastião, Rei de Portugal (Tela A, 1,58 x L. 1,00. Existente no Mosteiro de «das Descalzas Reales», de Madrid)	24	40
Torre e Ponte de Ucanha	24	41
Castelo de Penedono	24	43
1640 — Constituição do Conselho de Guerra	24	49
1644 — Relatório do cerco de Elvas	24	50





[Handwritten signature]

